



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 244.3.55.O

DATA: 05/09/17

TURNO: Matutino

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 9h33min

TÉRMINO: 16h47min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Passa-se ao próximo item.

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 282-C,
DE 2016
(DO SENADO FEDERAL)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 282-C, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e funcionamento parlamentar dos partidos políticos; e estabelece normas de transição; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade desta e das de nºs 22/15 e 84/11, apensadas (Relator: Dep. Betinho Gomes); e da Comissão Especial, pela admissibilidade das Emendas apresentadas de nºs 1 a 12 e, no mérito, pela aprovação desta e das Emendas de nºs 3, 4, 7, 8 e 11, com substitutivo; e pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição de nºs 84/11 e 22/15, apensadas, e das Emendas de nºs 1, 2, 5, 6, 9, 10 e 12 (Relatora: Dep. Shéridan).

Tendo apensadas (2) as PECs nºs 84/11 e 22/15.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Há requerimento sobre a mesa?

(Pausa.)

O SR. MAURO MARIANI (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Mauro Mariani, na votação anterior, votou conforme orientação do partido.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Izalci Lucas votou com o partido na votação anterior.

O SR. CELSO JACOB (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Celso Jacob votou com o partido.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Subtenente Gonzaga votou com o partido.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Valdir Colatto votou com o partido, Sr. Presidente.

O SR. WLADIMIR COSTA (SD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Wladimir Costa votou com a orientação do partido.

Muito obrigado.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero ratificar que eu, Deputado Silvio Costa, votei com o partido na votação anterior.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior o Deputado José Airton Cirilo votou com o partido.



O SR. DAMIÃO FELICIANO (PDT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Damião Feliciano votou com o partido na votação anterior.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Laercio Oliveira votou com o partido, Sr. Presidente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

Quero apenas registrar a apresentação do Projeto de Lei nº 8.415, de 2017, de minha autoria, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para dispor sobre as práticas discriminatórias quanto à orientação sexual, crença religiosa, particularidade familiar ou qualquer outra questão de foro íntimo.

Esse projeto surge de outro projeto apresentado no Rio de Janeiro pelo Vereador Fernando William. O objetivo, Sr. Presidente, desse projeto é que não ocorram mais censos para descobrir, para pensar e para saber qual é a religião de cada servidor, como aconteceu na Guarda Municipal do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, não é admissível, num país como o nosso, plural, de todas as etnias, de todas as crenças, que nós funcionários sejamos obrigados a responder a um censo em virtude da nossa fé.

Então, Sr. Presidente, é apenas para registrar a apresentação do projeto.

Obrigada a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu é que agradeço. Obrigado, Deputada Laura Carneiro.



O SR. ALIEL MACHADO (REDE-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Aliel Machado votou com o partido na votação anterior.

O SR. GUILHERME COELHO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Guilherme Coelho votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Mais algum Deputado quer justificar o voto?

O SR. LAERTE BESSA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não, Deputado.

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Laerte Bessa votou com o partido na última votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Carteira 519, do PV de São Paulo, quer dizer que nas duas votações anteriores votou com o partido.

O SR. PAULO FEIJÓ (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Paulo Feijó votou com o partido.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu vou dar o tempo de Liderança do PT à nobre Deputada Benedita da Silva.

Agradeço a V.Exa. pela compreensão.

V.Exa. dispõe do tempo regimental.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apesar dos ataques covardes, Luiz Inácio Lula da Silva está no comando da Caravana da Esperança. Apesar de a imprensa internacional estar acompanhando o dia a dia da caravana, a imprensa brasileira tirou o Nordeste do mapa do País.

O Nordeste tratou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva como se ele ainda estivesse na Presidência da República, porque o seu legado trouxe para as pessoas esperança.

Tiraram, sim, os direitos daqueles e daquelas que conquistaram a sua independência e liberdade no Nordeste deste País.

A Caravana tem se traduzido em amor. É com um carinho imenso que Luiz Inácio Lula da Silva está sendo tratado. Ele já foi a nove Estados e hoje encerra a Caravana no Maranhão. Foram 19 dias pelo Nordeste. E nós entendemos que a força do seu legado fez com que o povo visse e entendesse isso.

A gratidão foi imensa. Por onde passou, interceptavam seu ônibus, para que ele falasse com aquelas pessoas espontaneamente. E abraçaram, e choraram, e disseram: *“Você foi o melhor Presidente que este País já teve, para nós pobres, para nós nordestinos”*. As esperanças nasciam neles.

Encontraram-se com Luiz Inácio Lula da Silva com seus certificados, com seus diplomas nas mãos, falando das suas formaturas, porque foi nesse Governo de



Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff que eles tiveram a chance de estar na universidade, de ter as suas casas, de ter as suas oportunidades, inclusive políticas.

Nós nos encontramos também com outros não partidários do PT, mas que reconheceram os investimentos de Lula, quando Presidente deste País, naquele rincão, naquele pedaço esquecido do Nordeste brasileiro.

Nós vimos também o despertar da consciência daquele povo. Poderíamos chamar essa Caravana de despertar da consciência, porque, em defesa da soberania nacional, Luiz Inácio Lula da Silva vai já pela terceira, quarta vez com uma caravana.

Primeiro, foi a Caravana da Cidadania, a caravana dos movimentos sociais, e agora a Caravana da Esperança, a caravana pelo Brasil, Deputada Erundina.

Não fomos nós, apesar do protagonismo do Partido dos Trabalhadores — teremos que parabenizá-lo pela organização —, mas as Câmaras de Vereadores — em nem todas nós tínhamos maioria — foram receber, com muito carinho, Luiz Inácio Lula da Silva, dando a ele aquele certificado, dando a ele o diploma que tentaram lhe negar, reconhecendo o trabalho feito na sua região. Uma coisa linda!

Hoje, nesta conjuntura, dificilmente alguns políticos poderão ser abraçados e cumprimentados nas ruas. No entanto, Luiz Inácio Lula da Silva está lá na rua falando ao povo, conversando com o povo, dizendo, sobretudo, que o povo não está entendendo por que este Brasil está sendo entregue.

Ele lá está dialogando com esse povo, que talvez tenha visto um Presidente da República que depois se tornou ex-Presidente ser a mesma pessoa na relação com esse povo. E não é populismo, como muitos dizem. É a certeza, a convicção da consciência do povo. Acham que o nordestino não tem consciência e, por isso,



votava em Lula. Mas, não, eles têm muita consciência, sabem o que querem e sabem agora o que estão perdendo.

É por isso que Lula está, nesse despertar da consciência, defendendo a soberania nacional. Quantos títulos ele recebeu nesse final de semana? Um deles, de *honoris causa*. E foi uma cerimônia linda.

Nós da bancada do Partido dos Trabalhadores, nesse final de semana, acompanhamos, junto com o nosso Líder Zarattini, a Caravana. E a Caravana estava na universidade e na Câmara de Vereadores. As manifestações eram tão grandiosas, que a maioria foi feita no meio da rua, podemos assim dizer.

O povo, no calor escaldante do Nordeste, graças a Deus, lá estava esperando o Lula chegar, esperando o Lula falar. Estivemos com a juventude universitária. A juventude estava lá para aplaudir e para dizer alto e bom som a Luiz Inácio Lula da Silva: *“Nós ainda temos esperança neste País, apesar do desastre que está sendo o Governo golpista de Temer”*.

Eles têm esperança em Lula. Eles têm esperança no projeto de que participaram e, por isso, o tomam em suas mãos, neste momento, para dizer que, independentemente da imprensa brasileira, Luiz Inácio Lula da Silva é referência.

Luiz Inácio Lula da Silva é um modelo para todos, de modo que possamos dizer que temos condição, que temos capacidade e que devemos resistir. Temos que resistir a um Governo que está acabando com o patrimônio brasileiro, que está fazendo com que o Estado brasileiro deixe de ser o Estado brasileiro, porque daqui a pouco teremos os “Estados Brasileiros Unidos”, unidos com os americanos, unidos com as forças que querem, neste País, tirar do trabalhador brasileiro aquilo que ele conquistou a duras penas.



Lula dizia ao povo que o povo poderia contar com ele, porque, independentemente de qualquer cargo que ele possa ter ou mesmo não tendo cargo neste momento, ele está do lado do povo, conversando com o povo, falando com o povo, porque só o povo, abaixo de Deus, poderá libertar este País, que está se afundando, que está sendo vendido, que está sendo entregue.

Dizia a população a Lula: *“Nós não deixaremos que este Brasil seja vendido”*. Falaram de tudo. Pensam que o povo não entende? Não sabem o que é uma PETROBRAS, uma Caixa Econômica, um Banco do Brasil? Pensam que o povo não sabe o que é um BNDES? Se eles tiveram o benefício de poder usufruir de todas essas políticas que desenvolveram o Nordeste, por que agora eles iriam ficar calados diante dessa entrega total?

É por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que estamos com esta alegria imensa de ver o carinho, de ver as lágrimas, de ver as decisões tomadas espontaneamente naquele momento, de ver também homens e mulheres idosos e muitos jovens abraçarem Luiz Inácio Lula da Silva. Segue a Caravana pelo Brasil, segue a Caravana da Esperança, com a maior liderança que este País já teve até então.

Luiz Inácio Lula da Silva, aquele abraço, e aos nossos companheiros do Partido dos Trabalhadores!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Algum Deputado quer justificar voto?

O SR. NILTON CAPIXABA (Bloco/PTB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Nilton Capixaba votou de acordo com a orientação do partido na votação anterior.

O SR. PASTOR LUCIANO BRAGA (PRB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Pastor Luciano Braga vota com o partido, o PRB.

O SR. OSMAR BERTOLDI (DEM-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Osmar Bertoldi votou com o partido na última votação.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro rápido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Espere um minuto, por favor, Deputada.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Assis Melo votou conforme a orientação do partido.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 83, parágrafo único, II, "c", combinado com o artigo 117, VI, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Retirada de Pauta da presente Ordem do Dia da PEC nº 282/2016.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 2017.

Deputado Glauber Braga

Líder do PSOL.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Para falar a favor da matéria, concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

Enquanto o Deputado Glauber Braga se dirige à tribuna, concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro, por 1 minuto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu queria registrar que hoje, às 15 horas, o Presidente Rodrigo Maia, no exercício da Presidência da República, vai assinar junto com Governador Luiz Fernando Pezão, enfim, o acordo de reestruturação financeira do Rio de Janeiro celebrado com a União.

Quero parabenizar não só o Deputado Pedro Paulo, Relator da matéria, mas também e especialmente toda a bancada do Rio, que trabalhou, junto com o Presidente Rodrigo Maia, para que isso fosse possível, para que o salário dos servidores seja pago, para que o Rio volte a ter algum tipo de possibilidade de desenvolvimento e para que nós possamos andar pela ruas do Rio de Janeiro, com condições de olhar para os servidores, pois sabemos que o nosso papel nós fizemos.

É claro que nós gostaríamos que o plano fosse menos doloroso para os servidores, mas essa foi a única possibilidade que nós encontramos.

Então, às 15 horas de hoje, vamos estar todos lá acompanhando a assinatura do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputada.

O Deputado Glauber Braga, como Líder, cedeu a palavra para o nobre Deputado Edmilson Rodrigues.



Deputado Edmilson Rodrigues, V.Exa. dispõe de 5 minutos improrrogáveis.

(Pausa.)

O SR. MARCELO SQUASSONI (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Marcelo Squassoni votou com o PRB.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como todos os brasileiros e todos os internautas do mundo que conhecem e dominam a língua portuguesa têm acompanhado, o PSOL tem uma linha de obstrução. E se trata de uma linha clara de obstrução a um Governo que comanda um processo de legitimação, por meio do Congresso Nacional, de um pacote imenso, um grande saco, quem sabe uma grande mala. Não é um monte de malas como as encontradas no apartamento de Geddel. Aliás, um Deputado experiente, com quem eu conversava, disse ter recebido uma informação do MST de que é apenas parte do dinheirão desviado de recursos públicos, das propinas recebidas. Diz ele que a maior parte estaria, na verdade, enterrada em suas fazendas, não só no interior do grande Estado da Bahia, quem sabe até nas terras griladas na Amazônia por políticos corruptos que precisam lavar o dinheiro.

Então, nessa situação de crise em que o País vive, é importante debater a reforma política. Mas, convenhamos, o que o povo quer, quando se fala em reforma política? Ele quer transparência, quer participação, quer adotar bons exemplos no Brasil. Vivemos falando de outros países. E por que não se falar das experiências de outros países desenvolvidos, como a Itália, a Espanha, onde as candidaturas têm referência no partido, mas falar também dos movimentos dos partidos que hoje ocupam as principais cidades, o comando das principais cidades espanholas. Aliás, Madri é dirigida por uma ex-Procuradora da República, ligada às lutas sociais, fruto



desse processo todo de crítica ao projeto neoliberal que agride a América Latina, o Brasil, mas que também tem atingido com desemprego e recessão, em alguns momentos com muita perversidade, países europeus.

Então, a transparência, a iniciativa de lei, a participação popular nas decisões sobre os interesses públicos, tudo isso, deveria ser debatido numa séria reforma política.

Infelizmente, sequer a *TV Câmara* deu destaque aos debates das Comissões Especiais, a despeito do trabalho sério tanto do Deputado Candido quanto da Deputada Shéridan.

Apesar das diferenças que existem em algumas propostas, a dedicação e o empenho desses Parlamentares para debater com todos os partidos, com todas as lideranças, de forma incansável, a busca de algum consenso, é inquestionável.

Sabemos, no entanto, que quando um Congresso sem o poder constituinte discute reforma política, o sentimento que toma conta de grande parte dos partidos é o da preservação e, se possível, o da ampliação dos espaços hoje ocupados.

Então, é como se fosse uma reforma para manter tudo como dantes no quartel de Abrantes ou quem sabe para piorar.

Nós queremos reforma para reformar mesmo, para garantir o aprofundamento da democracia — a democracia com valor estratégico. Não se pode falar em democracia sem a participação protagonista do povo.

É claro que nós vivemos numa democracia representativa, mas a representação da soberania popular é questionável. Basta ver a quantidade de políticos envolvidos em denúncias no Executivo, no Judiciário.



Com muita tristeza, vimos ontem, na entrevista do Procurador-Geral da República, que há Procuradores da República envolvidos na bandalheira da destruição da dignidade do povo e na roubalheira do dinheiro público. Houve citação até de Ministro do Supremo Tribunal Federal, nessa situação.

Nós queremos dar fôlego ao debate democrático e por isso estamos propondo a retirada de pauta da matéria.

O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. André Fufuca, Presidente em exercício.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Marco Feliciano, se aqui estivesse na última votação, teria votado com o partido.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Para falar contra a matéria, concedo a palavra ao Deputado Silvio Costa. *(Pausa.)*

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Pompeo de Mattos, Sr. Presidente, votou com a bancada do PDT na votação anterior.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Pastor Eurico votou com o PHS na votação anterior.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós precisamos sinceramente dar uma resposta à opinião pública. Existe aqui um pré-acordo, um pré-entendimento entre a maioria dos Líderes para que hoje aprovemos aqui a PEC 282/16, que proíbe a coligação



nas eleições proporcionais para 2020. Vou repetir: aprovar a proibição de coligação nas eleições proporcionais para 2020.

O pré-acordo é o seguinte: votamos essa PEC em primeiro turno. Se ela for aprovada, para contemplar as pessoas que defendem o voto distritão misto, votamos depois o distritão misto.

Ora, se o distritão misto for aprovado, nós não precisaremos votar o segundo turno da PEC relatada pela Deputada Shéridan, que é para 2020. Repito: aprovaríamos a PEC que proíbe a coligação para 2020, em primeiro turno, depois votaríamos o distritão misto. Se o distritão misto for derrotado — e a meu ver vai ser derrotado —, votaríamos hoje ainda o segundo turno da PEC relatada pela Deputada Shéridan. Portanto, há um acordo.

Deputado Chico, foi o único entendimento. Pela primeira vez, eu vi esta Casa caminhar junto em alguma coisa.

O PSOL, por exemplo, que é um partido que admiro, não vai atrapalhar nisso, até porque o PSOL vai ultrapassar a cláusula de barreira de 1,5% — tenho certeza de que o partido tem talento para isso — e porque sempre disse que era a favor da proibição de coligação.

Então, o PSOL não vai atrapalhar esse acordo. É um acordo do qual participou PSDB, PT, PP, PR, DEM, a maioria esmagadora dos partidos. É um acordo factível.

Nós não podemos deixar que ocorra a judicialização. Existe uma sinalização do Supremo Tribunal Federal de que, se não aprovarmos a proibição de coligação, vai legislar em nosso lugar.

Deputado Ninho, é para 2020, não é para 2018. É proibir coligação para 2020.



Portanto, eu quero fazer um apelo ao PSOL para que retire o requerimento de retirada de pauta.

Deputado Glauber, V.Exa., como Líder, poderia retirar o requerimento. Senão, vamos pedir votação nominal. Faça este gesto: retire o requerimento para irmos direto à votação da PEC, até porque ninguém tem compromisso com o mérito. Quem for contra a coligação, vote contra ela, é claro. Quem for a favor, vote a favor dela. Mas nós precisamos decidir isso hoje.

Hoje já dia 5 de setembro. Há o princípio da anualidade. O que nós aprovamos aqui ainda vai para o Senado. Nós precisamos fazer alguma reforma consistente neste País.

Se nós acabarmos com a proibição de coligação para 2020 e estabelecermos a cláusula de barreira de 1,5%, nós já avançamos em alguma coisa na reforma política. Vai parar a indústria da criação de partido pequeno, de partido para dono de partido botar dinheiro no bolso com o Fundo Partidário.

Faço um apelo aos 513 companheiros: quem estiver nos gabinetes venha para cá. Vamos aprovar hoje o fim das coligações nas eleições proporcionais para 2020.

Faço um apelo ao Deputado Glauber Braga: não vamos votar o requerimento. Faça um gesto, retire o requerimento para irmos direto à votação da PEC.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Orientação de bancada.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Luis Carlos Heinze, na votação anterior, votou com o Partido Progressista.



O SR. PEDRO PAULO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PT?

O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT participou do acordo para que possamos votar essa PEC ainda hoje.

Nós queremos uma reforma política que possa mudar a lógica do que estamos vivendo hoje. Infelizmente, estamos com dificuldade de fazer com que nesse primeiro mês agora nós tenhamos condições de votar uma reforma que, de fato, possa inverter a lógica que está aí colocada. Mas, de qualquer modo, nós queremos votar hoje esta PEC.

O nosso voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o Partido Progressista?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Partido Progressista vota “não”, Sr. Presidente.

O Deputado Luis Carlos Heinze votou de acordo com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - As votações serão consolidadas pela votação da PEC.

A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA (PCdoB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Professora Marcivania votou segundo orientação do partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PSDB?



O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, eu fico, às vezes, entristecido de ver como nossa Casa trabalha. O Brasil inteiro fala que a principal reforma é a reforma política. O Brasil inteiro fala, inclusive a classe política, que todo início de corrupção começa em eleições e que é preciso mudar o modelo.

É impressionante como não se consegue votar nada disso. Parece-me uma hipocrisia o que se discursa aqui. É óbvio que se tem que votar. Nós precisamos votar a reforma política. Tem que haver cláusula de desempenho, tem que haver o fim das coligações, e os partidos têm que existir. Na minha opinião, não pode haver nem contratação de cabo eleitoral mais, tem que haver militância. Além disso, é preciso reduzir os custos de campanha cada vez mais e as campanhas devem ser transparentes.

Esse é o debate que esta Casa precisa fazer para dar uma resposta ao País.

Nosso voto é “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PR?

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vai votar “não” também a esse requerimento. Nós somos favoráveis a que as coligações permaneçam.

Dizem que esse modelo de eleição está falido, mas não está, não. Vamos continuar votando, porque, se esse modelo estivesse falido, já tinham acabado as eleições do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PSD?

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, independentemente de ser esta a reforma ideal ou não,



nós precisamos encarar essa matéria e tentar votar alguma coisa. Não há como retirar de pauta a matéria. Temos que encará-la, temos prazo para isso.

Quem quiser votar que vote “sim”; quem não quiser que vote “não”, mas vamos encarar a matéria.

Somos contra a retirada.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PSB?

O SR. RODRIGO MARTINS (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB quer votar a PEC e a reforma política, Presidente André Fufuca, por isso encaminha contrariamente ao requerimento de retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o DEM?

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o DEM vai votar “não” porque acha que essa matéria já passou da hora de ser votada. Precisamos dar uma resposta e encontrarmos uma luz para as próximas eleições. A reforma política se faz necessária diante de um quadro caótico no qual ninguém mais acredita.

Por isso, o Democratas vai votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PTB?

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco vai votar “não” à retirada de pauta e, na votação da PEC, também vai votar contra, porque se vai retirar o que tem para deixar nada no lugar. O PTB é contra.

Então, votamos “não” à retirada de pauta. E, na hora da votação do mérito, como está o projeto, o PTB também votará “não” à PEC.



O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero encaminhar pela Minoria e quero explicar ao Deputado Josué Bengtson que vamos votar uma emenda aglutinativa para 2020. Esse é o acordo. A emenda será apresentada. Nós estamos ainda na votação do requerimento. Quando for apresentado o texto, V.Exa. verá que haverá uma emenda aglutinativa para 2020, com a cláusula de barreira de 1,5%.

A Minoria encaminha o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Vamos seguir a ordem.

Como vota o PRB?

O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB encaminha o voto “não”, entendendo que precisamos votar a matéria. Inclusive, o PRB assinou a preferência ao destaque do PPS. Queremos votar o fim das coligações, mas para 2020. Entendemos que, neste momento, acabar com as coligações não é razoável.

Então, vamos votar a preferência de um destaque do PPS, pedindo ao Plenário que possamos aprovar esse destaque que leva ao fim das coligações para 2020.

Portanto, o PRB encaminha o voto “não”, para votarmos essa matéria ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PDT?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para mim este é um momento histórico, até porque o primeiro projeto de reforma política que apresentei nesta Casa foi em 1999. E



naquela época eu já previa o fim das coligações nas eleições proporcionais. Demorou 18 anos para chegar este dia!

Sr. Presidente, se a Câmara não o fizer, pode ter certeza de que o Supremo irá fazer. Chega de olharmos para os nossos próprios umbigos. Precisamos terminar com as coligações nas eleições para Vereador, para Deputado Estadual e para Deputado Federal.

Cada um joga com o seu time. Cada um joga com seu próprio partido. Hoje são 40 partidos. Com a proibição das coligações, sobrarão 20 na primeira eleição e, na segunda, 10. O País não precisa mais do que isso.

Então, vamos votar “sim”, pelo fim das coligações.

Por isso, nosso voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

A SRA. BRUNA FURLAN (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -

Sr. Presidente, a Deputada Bruna Furlan votou com o partido nas votações anteriores. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

O SR. BACELAR (PODE-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos orienta o voto “não”, mas faz um apelo para que se dê preferência ao destaque do PPS.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade?

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, qualquer modificação que for feita na legislação eleitoral só há de melhorar a porcaria em que estamos vivendo. Então, pelo fim das coligações, com



as quais se vota num sujeito ou num partido sem saber que está votando no outro, o momento é exatamente este.

O Solidariedade quer votar as mudanças e se posiciona contrariamente ao requerimento de retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PCdoB?

O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB vai encaminhar o voto “não” a este requerimento. O PCdoB vai pelo acordo e por tudo aquilo que for acordado. Nós achamos importante construir um acordo para que possamos avançar em alguma legislação eleitoral.

Apenas deixo minha opinião aqui, Sr. Presidente, importante para aqueles que querem acabar com as coligações: seria bom acabar para todo mundo, porque eu não posso ser mão de obra apenas para votar em chapa majoritária e, depois, aquele que é proporcional não precisa de coligação. E a coligação não é obrigatória, faz quem quer! Esse é um instrumento político do debate político. A lei permite, mas não obriga a fazer coligação. Então, faz coligação quem quer.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PSC?

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC vai votar “não”, até porque já demoramos demais para dar uma resposta à população brasileira. E sobre essa grande novela que é a reforma política, queremos votar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PHS? (*Pausa.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, o PPS está antes do PHS.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Pois não, Deputada.



A SRA. ELIZIANE GAMA (PPS-MA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiramente, deixo bem claro que nós fizemos um debate e chegamos a um acordo na Comissão para que o fim das coligações viesse a vigorar em 2020, da mesma forma como estava na PEC do Senado.

Inclusive, o PPS tem destaque nesse sentido, porque entende que é necessária uma fase de transição, para que isso efetivamente aconteça. E o acordo infelizmente não foi para frente.

Nesse sentido, o PPS vai orientar...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como orienta o PPS, Deputada?

A SRA. ELIZIANE GAMA - O PPS orienta pela obstrução, Sr. Presidente, porque defende o momento de transição e o fim das coligações a partir do ano de 2020.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PHS?

O SR. DIEGO GARCIA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Pode falar, Deputado Diego Garcia.

O SR. DIEGO GARCIA - Peço que recomponha o meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Peço que recomponham o tempo do Deputado Diego Garcia, do PHS.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós entendemos que essa reforma não reforma nada, mas, ao mesmo tempo, não podemos esticar esse debate. Temos que concluí-lo através do voto, definir de fato que textos que saíram da Comissão a Câmara quer votar.



Fui membro da Comissão que discutia a PEC 282/16, que foi instalada em meados de junho. Naquela Comissão, houve apenas duas audiências públicas, em que foram aprovados mais de 20 requerimentos, ou seja, não ouvimos a sociedade, não ouvimos especialistas e também não podemos ser falsos com a população ao dizer que esta é a reforma de que o Brasil precisa.

Por isso, neste momento, nós vamos encaminhar o voto...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DIEGO GARCIA - Nós vamos encaminhar o voto “não”, mas ao texto, visto o que a Deputada mencionou, que os acordos feitos na Comissão não foram cumpridos. E nós queremos também deixar claro que não participamos de nenhum acordo, não fomos chamados para nenhuma reunião.

Por isso, vamos encaminhar contra a matéria e contra o mérito também.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PV?

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PV orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL está feliz por ter apresentado este requerimento, que está provocando alguns esclarecimentos e um bom debate.

Em primeiro lugar, graças ao requerimento, o Deputado Silvio Costa pôde falar por 5 minutos e disse: “*Já há um acordo para votar o fim das coligações para 2020 e depois o distritão misto*”. Ora, sinceramente, isso reforça a nossa argumentação em relação à impropriedade de se votar a matéria com esse atropelo



e com essa imbricação. Vota um item de uma PEC, depois enfia a outra. Não é correto esse procedimento.

Além do mais, vamos ser francos, não é reforma política, são aspectos pontuais muito voltados à sobrevivência do *status quo* do “condomínio do poder”.

Portanto, o nosso voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - O PSOL votou “sim”.

Como vota a Rede?

O SR. ALIEL MACHADO (REDE-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Bom, nós também fazemos a crítica à maneira como está sendo conduzida a discussão da reforma política — três Comissões. Não é uma reforma política, isso é uma reforma eleitoral apenas, que visa apenas às eleições.

Nós entendemos que uma reforma política ampla colocaria com objetividade a discussão de país, e não a reforma eleitoral, como está sendo feita especificamente. Porém, entendemos que o tempo é exíguo. Lá fora, as pessoas não estão entendendo o não posicionamento desta Casa. Sabemos que existem as negociações, as tentativas de acordo, mas isso não pode superar a necessidade e a vontade da população lá fora.

Por isso, respeitando as opiniões diferentes dos partidos que irão decidir sobre o mérito da matéria, com este requerimento específico, que é pela retirada de pauta, a Rede não concorda.

A Rede faz o encaminhamento pelo voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PEN? (*Pausa.*)

Como vota a Maioria? (*Pausa.*)

Como vota o Governo? (*Pausa.*)



A SRA. ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, quero um esclarecimento sobre a orientação do PPS.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Pois não, Deputada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PPS-MA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Quero só um esclarecimento sobre a nossa orientação — o PPS orientou obstrução —, queria entender o seguinte: acerca do acordo, alguns Deputados, alguns Líderes conversaram conosco que o destaque do PPS será levado em consideração, na verdade.

O meu questionamento é exatamente sobre isso, se o destaque do PPS poderá ser apreciado antes do texto principal. Se for nesse sentido, o PPS muda a orientação para “não”. Com esta condição, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

Deputada Eliziane Gama, mais uma vez eu vou explicar. O acordo será o seguinte: vamos votar uma emenda aglutinativa da Deputada Shéridan. A emenda diz o seguinte: proibição de coligação para 2020 e cláusula de barreira de 1,5%. Quando o Presidente for ler o texto, vai dizer isso. Esse é o acordo. Se não for isso, o primeiro a votar contra serei eu.

Vou repetir, fiquem tranquilos: o acordo é a aglutinativa, que ainda vai chegar à Mesa, para proibir a coligação para 2020 e cláusula de barreira de 1,5%. Esse é o acordo.

Deputada Shéridan, por favor...

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Um minuto, Deputado.



Respondo à Deputada do PPS: em primeiro lugar, regimentalmente, não é permitido. Porém, há um acordo, e será levado em conta o destaque do PPS.

Agora, vou colocar em votação...

O SR. CHICO ALENCAR - Acordo de quem?

O SR. DIEGO GARCIA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Depois. Deixe-me primeiro colocar em votação. Depois eu lhe dou a palavra.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, depois anuncie quem fez esse acordo, partido por partido. Temos o direito de saber.

O SR. DIEGO GARCIA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Um momento.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou mudar a orientação do PHS para "sim".



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 244.3.55.O
Data: 05/09/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO.



O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR) - Peço verificação nominal.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Não há número, Deputado. Passa-se à discussão.

O SR. DIEGO GARCIA - Há número, há acordo sobre a mesa. Há número.

(Pausa.)

O SR. ALAN RICK (DEM-AC) (Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Alan Rick votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Quais são os partidos, Deputado?

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE) (Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PHS não tem número para pedir a verificação nominal. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Espere.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR) (Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Há acordo assinado sobre a mesa. Há acordo de procedimentos assinado sobre a mesa, Sr. Presidente. Tem que ser respeitado. Já foi admitido na votação passada.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Certo.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, esse pedido é antirregimental. Ou é Bloco ou não vale.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Não, não. Há um acordo sobre a mesa.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e a todos os Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. está errado. V.Exa. não pode fazer essa verificação nominal.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF) - Peço verificação conjunta, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA - Não existe esse acordo!

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que mude a orientação do PHS para obstrução.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF) - Verificação conjunta.

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR) - Sr. Presidente, peço verificação conjunta.

O SR. DIEGO GARCIA - Sr. Presidente, peço que mude a orientação do PHS para obstrução.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Há acordo, há acordo.

Está iniciada a votação. (*Manifestação no plenário.*)

A SRA. SHÉRIDAN - Deputados do PSDB, por favor, venham votar.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem, por favor.

V.Exa. terá que colocar, num primeiro momento... Fui ver o Regimento e conversei com a Deputada Eliziane Gama. Na verdade, a Deputada Shéridan, com quem acabei de conversar, não preparou a emenda aglutinativa. Então, a primeira coisa a ser votada, de acordo com o Regimento, será o destaque do PPS. O destaque do PPS diz que é para 2020 e que a cláusula de barreira é de 1,5%.

Esse é o acordo.

O SR. ARNALDO JORDY - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Pois não, Deputado.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero saber de V.Exa. qual será o encaminhamento na apreciação dos destaques.

O nosso entendimento é o mesmo entendimento manifestado pelo Deputado Silvio Costa. Nós tínhamos uma proposta acordada na Comissão. Houve uma mudança, a do fim das coligações, a antecipação para 2018. Há um movimento, uma tentativa de acordo para voltar ao texto, ao acordo original, que era para 2020. Estamos de acordo, desde que o destaque seja apreciado com antecedência, antes da matéria.

Esse é o entendimento que nós queríamos apresentar a V.Exa., para confirmar. Aí teríamos a mudança da nossa orientação para favorável. Aliás, o PPS foi um dos maiores defensores da proposta da Deputada Shéridan ao longo desse processo todo. Apenas há essa deformação produzida de última hora.

Se V.Exa. aquiescer a este entendimento, nós mudamos a orientação.

O SR. CHICO ALENCAR - Sr. Presidente...

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós temos que votar e acabar com a coligação em 2018, conforme o relatório da Comissão Especial. Quem votar para acabar com a coligação em 2020 não modificará nada. A coligação tem que acabar em 2018, senão não vai surtir efeito nenhum essa reforma política. Eu acho que temos que botar isso em prática realmente, porque até 2020 vai mudar muita coisa. Eu acho que tem que acabar com a coligação, conforme votamos na Comissão Especial, já em 2018.



Se nós não legislarmos, o Supremo vai legislar. Acho que está na hora de esta Casa tomar as decisões.

Vamos acabar com a coligação em 2018 e aprovar a cláusula de desempenho de 1,5%, até 2030.

O SR. BACELAR (PODE-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Podemos muda para obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Fufuca.

Vou esclarecer novamente: os dois requerimentos, aparentemente de obstrução, do PSOL, têm o valor de instigar o debate. O primeiro, que, se houver quórum aqui, será derrotado — apenas nós votamos “sim”; e votamos “sim”, não estamos fazendo obstrução —, visa esclarecer esse suposto acordo que não foi explicitado nem na reunião do Colégio de Líderes, sob sua presidência, nem mesmo na reunião da Minoria, da qual participamos. São novidades que chegam aqui para nós.

Não fugimos ao debate, não abrimos mão também de dizer que não podemos enganar a população dizendo que é a reforma política que essa profunda crise da representação exige — aliás, simbolizada num *bunker* atribuído ao ex-Deputado Geddel, com milhares de notas. Cada dia vem uma bomba...

A SRA. SHÉRIDAN - Presidente...

O SR. BACELAR (PODE-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos muda para “obstrução”.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Eu vou responder ao questionamento feito pelo Deputado Arnaldo Jordy.

Foi feito um acordo, não com a unanimidade, mas com certa quantidade de Líderes desta Casa, com a grande totalidade dos Líderes que representa a grande totalidade dos Deputados, e o destaque do PPS será votado antes. Dou-lhe a minha palavra com relação a isso.

Com a palavra a Deputada Shéridan.

O SR. CHICO ALENCAR - Bom, que essa totalidade esteja presente no plenário.

O SR. ALIEL MACHADO - Antes da proposição, Sr. Presidente?

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) Sr. Presidente, queria fazer um apelo, por reconhecer todo o trabalho feito na Comissão.

O PPS acompanhou o nosso relatório. Na verdade, houve unanimidade. A grande maioria dos partidos o acompanhou, em respeito ao trabalho que foi feito. É óbvio que o acordo foi, sim, construído, esse acordo que mantinha as coligações de acordo com o texto original, que veio do Senado, para 2020, e que inclusive foi o motivo que fez o PPS acompanhar o relatório. O único partido que não nos acompanhou foi o PSOL, do meu querido amigo Chico Alencar.

Considerando o trabalho que foi feito, a relação respeitosa e harmoniosa que conseguimos alcançar, a quase unanimidade na Comissão, faço este apelo à Presidência, à Mesa, para que considere o pedido, para que considere o requerimento do PPS, para que apreciemos primeiro essa pauta da coligação e em seguida validemos o restante. Assim, haverá destaques sobre os quais não houve



acordo. Aliás, não houve unanimidade, não houve um acordo construído em cima dos destaques, porque são destaques para os quais não precisamos de número e acordo.

Faço este apelo em respeito ao PPS e aos outros partidos menores que acompanharam. Digo “menores” em número, em quociente, uma vez que tratamos todos os partidos na Casa com todo o respeito, com toda a atenção, olhando os partidos por sua história com o Brasil, não por número de Deputados.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Agora há pouco respondi.

Vou atender ao pedido do PPS, da maioria dos Líderes e da Relatora.

Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sou um encanizado contra a coligação nas eleições proporcionais. Acho que ninguém na história deste Parlamento discursou tantas vezes, com tanta veemência e com tanta indignação, contra a coligação nas eleições proporcionais.

Foi isso que infelicitou a vida política nacional. Foi isso que fez com que tenhamos aqui na Câmara dos Deputados 30 partidos representados; lá fora, 40 partidos; e pedido de mais 40 partidos. Isso é um absurdo, porque criou uma situação dramática na vida política do País. Não é razoável, não é aceitável.

Se a Câmara dos Deputados exercitar a covardia de não aprovar o fim das coligações, vai ter que se ajoelhar perante o Supremo. Depois não se queixem do Judiciário. Não fazem o dever de casa, não cumprem a missão que têm que cumprir, assumem um papel...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós somos favoráveis à continuidade das coligações. Esta é a Casa do Povo. Aqui há uma união de forças. Todos devem se unir na eleição. Se há parcerias, parcerias têm que ser feitas.

Portanto, nós somos pela continuidade das coligações sempre, porque eleição é união, e união é coligação, e a coligação sempre vai fazer com que o povo se expresse naquela legenda, naquela coligação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Eu gostaria de pedir a todos os Deputados que estão em seus gabinetes, que estão fora da Casa, que venham ao plenário. Haverá várias votações nominais. Agora há 161 votantes, mas a matéria precisa de 257 votantes. Então, eu peço a todos que venham ao plenário.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas quero lembrar que houve um acordo prévio, majoritário, para aprovarmos na íntegra, no âmbito da PEC 282, o relatório, muito benfeito, feito com muita dedicação e competência, da Deputada Shéridan. Porém, um destaque foi apresentado e aprovado na Comissão, sobre o fim das coligações já para 2018. Isso foi aprovado por maioria.

Então, esse consenso ou quase consenso ou esse acordo, que é legítimo trazer aqui para o plenário, não é unânime. Não passou na própria Comissão, onde



uma maioria quis, pelo mérito do fim das coligações, que isso seja praticado já no ano que vem. Essa é a posição inclusive que, no momento adequado, nós defenderemos.

Aliás, quem fez esse acordo tinha que estar aqui. Veja: há 400 Deputados na Casa. E não conseguem um quórum rápido para resolver?...

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Pela ordem, com a palavra o Deputado Pr. Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a fé cristã, a fé professada por mais de 80% da população brasileira, acredita piamente que o ser humano nasce de novo.

Alguns anos atrás, eu nasci de novo, Sr. Presidente, lá na Assembleia de Deus em Orândia, cidade onde moro.

A Assembleia de Deus de Orândia completa, neste ano, 50 anos de existência. Eu queria fazer esse registro, para transcrição nos Anais da Casa, para que todos daquela linda cidade se sintam abençoados por terem uma igreja que ainda ajuda a transformar vidas. Eu fui um “drogalito” e saí das drogas para ser hoje um Parlamentar e um pastor do nosso País.

Quero daqui parabenizar o Pastor Emérito da Assembleia de Deus, o Pastor Antonio Santana, o Pastor Jairo Santana, do campo de Ribeirão Preto, ao competente Pastor Nelson Guirra, da Assembleia de Deus de Orândia, e a toda a membresia daquela linda igreja.

O profeta Isaías escreveu, no Capítulo 45 do seu livro, que pode a mãe esquecer o seu filho, mas Deus nunca esquece aqueles a quem Ele chama.



Muito obrigado, Sr. Presidente. Se for possível, peço que meu discurso seja transcrito nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - O pedido de V.Exa. será atendido, Deputado.

Com a palavra o Deputado Marcon. Depois falará o Deputado Paulo Foletto.

O SR. MARCON (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, depois de mais uma operação da Polícia Federal, nós temos que perguntar: cadê a Justiça Federal?

Geddel estava preso. O amigo de Michel Temer, Presidente sem voto, seu ex-Ministro, estava preso como corrupto, como ladrão, e a Justiça o liberou.

Hoje a Polícia Federal fez mais uma operação e pegou dinheiro roubado — 15 volumes com dinheiro.

É por isso que alguns são contra o financiamento público de campanhas, é por isso que alguns não querem que haja financiamento público.

Está na hora de o Juiz Sérgio Moro criar vergonha e ter posição de juiz, não de cabo eleitoral de uma vertente política.

Geddel tem que ser preso!

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Foletto.

O SR. PAULO FOLETTTO (PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB do Espírito Santo fez ontem uma cerimônia em Vitória, com a presença de quatro Deputados Federais, de vários Deputados Estaduais, da Frente Parlamentar Estadual e dos



componentes da Frente Parlamentar Federal do Cooperativismo, uma bela cerimônia, em comemoração aos seus 45 anos de vida.

Neste ano, nós perdemos de forma dramática, por morte súbita, o Presidente Esthério Colnago, mas a OCB continua. Ela faz 45 anos neste ano dando suporte a todas as cooperativas do Espírito Santo. Às pequenas cooperativas que estão em fase inicial manda o corpo técnico, orienta, dá suporte jurídico.

A OCB do Espírito Santo é um orgulho para os capixabas, no conjunto do cooperativismo nacional.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Celso Pansera.

O SR. CELSO PANSERA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar que ontem, na Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro, nós organizamos um seminário, junto com a Marinha e com a ABDAN, a associação que reúne as empresas da área nuclear do Brasil, para discutir tecnologias nucleares e desenvolvimento sustentável.

Nós fomos surpreendidos pelo quórum: havia mais de 450 participantes no seminário. Discutimos lá a necessidade da retomada da construção da Usina de Angra 3, a continuidade do PROSUB, o programa brasileiro do submarino nuclear, e também, entre outras coisas, a ampliação da mina de Caetité, na Bahia. O Brasil tem a quinta reserva de urânio conhecida do mundo e pode, a partir da ampliação dessa mina e da ampliação da fábrica de enriquecimento de urânio, transformar-se num dos grandes exportadores de urânio do mundo.

Foi um evento vitorioso que a Comissão de Ciência e Tecnologia...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Jorge Solla.

O SR. JORGE Solla (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Realmente o Prefeito “golpinho” de Salvador, antigamente conhecido como “grampinho”, agora, pelo seu envolvimento no golpe de Estado que tirou uma Presidenta honesta, está cada dia mais denunciado de envolvimento neste Governo corrupto. E os seus aliados também estão completamente escancarados na corrupção. As várias malas e caixas de dinheiro presas hoje, que eram de Geddel, fazem parte do esquema que derrubou a Presidenta Dilma e botou este Governo corrupto.

É um governo que já disse a que veio: congelou por 20 anos o financiamento das políticas sociais para pagar mais juros; destruiu os direitos trabalhistas para baratear a contratação da força de trabalho e atender aos interesses do grande empresariado; abafou a corrupção apurada neste País; e quer criar novamente a figura do “engavetador-geral” da República, para novamente acabar com as provas...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Paulo Pimenta acompanhou o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Tem a palavra o Deputado Beto Faro.

O SR. BETO FARO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero denunciar a peça orçamentária, o orçamento que o Presidente ilegítimo Michel Temer enviou para o Congresso Nacional para analisarmos.



Ele desmonta por completo a questão da reforma agrária, diminui drasticamente os recursos para a assistência técnica, para a infraestrutura dos assentamentos. Chega ao cúmulo de propor cerca de 10% a 15% daquilo que foi proposto no ano passado, no ano da crise, no ano de poucos recursos. Com 10% a 15%, desmontam por completo políticas como o Programa Bolsa Verde, que inclusive mantém a questão do meio ambiente na minha região, além das políticas para as comunidades quilombolas e indígenas e para os ribeirinhos.

Portanto, a população, os movimentos sociais, a FETAG, a CONTAG, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra precisam reagir. Precisa haver uma reação forte, para que, junto com este Parlamento, possam reverter essas políticas...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Tem a palavra a Deputada Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, estamos assistindo estarecidos ao que está acontecendo com o nosso País.

Se aparece uma mala, ela não é de ninguém; se aparece algo num apartamento, também não sabem de quem é. Eu entendo que isso seja um banco privado, que recursos públicos estão indo para um banco privado. Só que nós não conhecemos o dono desse banco.

Eu não entendo como nós, nesta Casa, votamos para que Michel Temer ficasse imune da responsabilidade por aquela mala de dinheiro que todos vimos atravessando de um lado para o outro. Agora mais essa? E em grande quantidade, Sr. Presidente.



É de quem? Está lá no apartamento de Geddel? Então é dele!

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na segunda-feira, 4 de setembro, na Escola de Guerra Naval, ocorreu um seminário sobre tecnologia nuclear. O Deputado Celso Pansera coordenou esse trabalho, que foi muito importante. Eu pude também participar.

O pleno desenvolvimento da tecnologia nuclear, quer seja para materiais para a Medicina, para a agricultura, quer seja para a área da saúde, é muito importante para o País, assim como são importantes também os projetos na área de energia — e a conclusão de Angra 3 é muito importante, porque ela completa e viabiliza economicamente um ciclo, que vai da extração de urânio à produção de energia com esse urânio, nas usinas nucleares — e também, Sr. Presidente...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado João Rodrigues.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu ouvi atentamente a Deputada carioca, a minha colega, falar que, se aparece uma mala de dinheiro num apartamento, a mala não é de ninguém. Parece-me que é uma verdade neste País. Se aparece um triplex, ele não é de ninguém; se aparece um sítio em Atibaia, ele não é de ninguém.

Agora a delação de Joesley, “o safadão”. Ele entrega para a Justiça uma gravação em que ele e o seu fiel escudeiro zombam do Ministério Público, da Justiça Federal, do Brasil e também confirmam que um Procurador da República, mesmo



em atividade, cooperava com a farsa. O País aguarda, obviamente para hoje ainda, o pedido de prisão daquele Procurador de Justiça que se vendeu a Joesley, “o safadão”.

É claro que há muita coisa a ser contada ainda.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado José Airton Cirilo.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar que ontem nós tivemos uma conquista histórica, após décadas. Refiro-me à demarcação de terras, no Município de Caucaia, para os índios tapeba.

Foi uma luta muito importante de toda a comunidade indígena, liderada pela pajé Raimunda e pelos índios, sobretudo por Weiber, durante muito tempo. O próprio Ministério Público e a FUNAI tiveram uma participação decisiva. Na época, nós estivemos com o então Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e participamos da construção da desapropriação dessa área.

Ontem foi publicada a portaria que demarca a área, que abrange 5.294 hectares...

(Desligamento automático do microfone.)

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, venho a esta tribuna falar da importante conquista dos índios tapeba, de Caucaia, Ceará, com a publicação da Portaria nº 734, de 31 de agosto de 2017, nesta segunda-feira, dia 4 de setembro, que declara a eles a posse permanente de 5.800 hectares. Com isso, o Governo põe fim a uma luta iniciada há 30 anos.



Com o documento, os indígenas que habitam a região agora têm segurança jurídica em relação à titularidade e à posse da terra.

O processo demarcatório da Terra Indígena Tapeba iniciou em 1985, e a primeira identificação da área foi feita em 1986. Desde então, houve uma série de entraves jurídicos e de problemas administrativos que impossibilitaram a regularização do terreno.

Em 2003, o Governo chegou a publicar Portaria Declaratória da Terra Indígena Tapeba, mas em 2007 o Superior Tribunal de Justiça anulou a decisão por falta de participação do Município de Caucaia no processo.

Em 2010, foi criado um novo grupo de trabalho para estudo da área. Dessa vez, o processo passou a contar com a participação dos entes públicos envolvidos, inclusive do Governo do Ceará e do Município de Caucaia.

Em 2016, foi celebrado um Termo de Acordo entre o Ministério da Justiça, a FUNAI, o Estado do Ceará, a Procuradoria da União no Ceará, a Procuradoria Federal no Ceará, a Procuradoria-Geral do Estado do Ceará, a Secretaria de Meio Ambiente do Ceará, a Prefeitura de Caucaia, o espólio de Emmanuel de Oliveira de Arruda Coelho e a Comunidade Indígena Tapeba. O acordo foi homologado pela Justiça do Ceará, e a portaria atual pôde ser assinada.

A portaria publicada nesta segunda-feira (4 de setembro) destaca que todas as contestações feitas por particulares referentes à posse da terra foram devidamente analisadas. O documento diz ainda que o processo não apresenta qualquer vício, falhas técnicas ou administrativas.



A próxima etapa do processo caberá à FUNAI, que promoverá a demarcação administrativa da T.I. Tapeba, para posterior homologação pelo Presidente da República, em forma de decreto presidencial.

Parabenizo esse povo guerreiro que venceu essa luta aguerrida em defesa sobretudo da demarcação das terras indígenas. Os índios têm toda essa tradição de defesa da terra, de luta pelos direitos porque eles são os legítimos representantes do nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faz 20 meses que o Governo de Minas Gerais parcela e atrasa o salário dos servidores, dos policiais, dos militares do Estado.

Já estamos com mais de 30 meses de defasagem salarial. Os salários estão corroídos pela inflação. O Governo de Minas está conduzindo o conjunto de servidores, em especial os profissionais de segurança — policiais e bombeiros militares —, a uma realidade insustentável. A governabilidade de Minas hoje está sendo garantida, em boa medida, pelo conjunto dos policiais e bombeiros militares, que vêm trabalhando, com muito profissionalismo e com muita responsabilidade, para garantir níveis aceitáveis e razoáveis de segurança pública. Mas não demorará muito para que haja uma grande rebelião em Minas, por conta do atraso no pagamento de salários, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Vou encerrar a votação.

Com a palavra o Deputado Beto Rosado.



O SR. BETO ROSADO (Bloco/PP-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar a Prefeitura de Touros, o Prefeito Assis do Hospital, o Secretário Higor Andrade, o presidente da associação quilombola da comunidade Zabelê, o Silva, pela ação Prefeitura nas Comunidades, que leva serviços sociais e de saúde a pequenas comunidades rurais da região de Touros, grande Município do Rio Grande do Norte.

A população não precisa mais se deslocar até os grandes centros, pois dispõe de todos os serviços que a Prefeitura pode oferecer, como emissão de identidade, serviços de saúde e serviços sociais, nas pequenas comunidades.

Parabenizo pelo movimento organizado o Prefeito Assis do Hospital.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Eu vou encerrar a votação. Todos já votaram? (*Pausa.*)

Eu peço aos Deputados que venham ao plenário. Todas as votações de hoje terão efeito administrativo.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

NÃO: 248;

SIM: 9.

REJEITADO O REQUERIMENTO.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Passa-se à discussão.

O SR. VITOR VALIM (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nas votações passadas, o Deputado Vitor Valim votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Assis Melo, do PCdoB. *(Pausa.)*

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Pois não, Deputado. V.Exa. tem prioridade.

Enquanto S.Exa. se dirige à tribuna, tem a palavra pela ordem a Deputada Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, eu acho que nós deveríamos ter um pouco de senso. Falar do contrato de um tríples, de um pedalinho e de um sítio em Atibaia, diante de malas e malas de dinheiro? Pelo amor de Deus! O povo brasileiro está assistindo a isso. É uma vergonha. É a história de Rafael Braga, que ficou preso e foi condenado a 11 anos e meio porque tinha um cigarro de maconha, e do outro que ficou livre, mas precisava ir para uma clínica com mais de uma mala, com quilos de maconha e de ervas.

Sr. Presidente, isso é indecoroso, isso é indecente. Esta Casa tem o direito de dizer para a população brasileira como devemos nos comportar diante de uma situação dessa natureza. Não se pode ficar rebatendo um e outro para dizer quem roubou mais e quem roubou menos. O povo brasileiro quer saber de quem é esse dinheiro e onde esse dinheiro estava.



Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Davidson Magalhães, na última votação, votou com o partido.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Nelson Marquezelli votou com o partido.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Pela Liderança do PSOL, tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, eu quero fazer indagações, neste momento, representando a bancada do PSOL. E as indagações são objetivas. A Liderança do PMDB e a Presidência da República têm de se manifestar.

O dinheiro encontrado nessa operação que está sendo amplamente divulgada é, de fato, do ex-Ministro do Governo de Temer, o Geddel? É um questionamento.

Qual é a posição pública do ex-Ministro sobre o tema?

O dinheiro encontrado na operação realizada no dia de hoje estava de fato em um apartamento ligado ao ex-Ministro de Temer?

Temer vai ter a mesma solidariedade ao ex-Ministro que teve para com o seu assessor especial, o Rodrigo Rocha Loures?

São questionamentos. Se já houver posição sobre esses questionamentos, por parte da base do Governo, da Liderança do Governo e da Liderança do PMDB, nós gostaríamos de ouvi-las. Nós gostaríamos de ouvir qual é a posição pública. A única coisa que não podemos considerar fato consumado é que venha à luz uma questão como essa, e explicações não sejam dadas, e continuemos as votações como se nada estivesse acontecendo.

Há um ponto a mais: em relação aos áudios que porventura tenham sido gravados pelos representantes da JBS, os delatores, que esses áudios se tornem públicos, para que a especulação sobre Ministros do Supremo Tribunal Federal e sobre quem quer que seja também seja publicamente rebatida ou não.



Então, nós não podemos aceitar como fato consumado que a Liderança do PMDB e a Liderança do Governo não falem absolutamente nada sobre o que foi encontrado na Bahia.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Tem a palavra o Deputado Assis Melo para falar a favor. *(Pausa.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Esperidião Amin votou com o partido na última votação.

O SR. MOSES RODRIGUES (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Moses Rodrigues votou com o partido na votação anterior.

O SR. DAMIÃO FELICIANO (PDT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Damião Feliciano votou com o partido, Sr. Presidente.

O SR. ALBERTO FILHO (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Alberto Filho votou conforme orientação do partido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Tem a palavra o Deputado Assis Melo. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

Enquanto ela se dirige à tribuna, concedo a palavra pela ordem ao Deputado João Daniel.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria deixar registrado aqui o meu pronunciamento intitulado *Um ano de golpe e os retrocessos para a juventude*. A nossa juventude brasileira vive um retrocesso no sonho do concurso público, no sonho do emprego, dos direitos trabalhistas, na formação acadêmica.

E também quero deixar registrado, Sr. Presidente, que Geddel Vieira Lima foi um dos grandes articuladores das manifestações contra a corrupção, contra a Presidenta Dilma. Lutava lá nos áudios, nas redes sociais, por um Brasil sem corrupção. É fundamental que haja investigação, apuração e punição. Mostra-se que



mais um dos articuladores do golpe estava preparado, porque a ideia era continuar e montar o grande esquema de corrupção que sempre o acompanhou.

Sr. Presidente, peço que este discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna para denunciar os lamentáveis retrocessos deste Governo golpista para a nossa juventude. Há 1 ano se consumava o *impeachment*, e a fala da Presidenta Dilma Rousseff, da tribuna do Senado, alertava o povo brasileiro: "*O que está em jogo no impeachment não é meu mandato, é o respeito às urnas, à soberania do povo, à Constituição, às conquistas sociais dos últimos 13 anos*". Como sabemos, são diversos setores de nossa sociedade que foram atacados. Passado 1 ano da consolidação do golpe, se formos elencar uma retrospectiva de retrocessos, passaríamos o dia inteiro discutindo a lista.

Sabemos que, quando debatemos o futuro da Nação, nós pensamos também em nossa juventude. Neste momento estamos vendo a verdadeira intenção deste Governo ilegítimo, não só com o nosso futuro, mas como tem tratado nossos jovens, a começar pelo desmonte do papel do Estado brasileiro previsto na Constituição de 1988. Estão promovendo a mais profunda política de desmonte estatal já vista no Brasil, que destrói não só programas sociais recentes, mas também direitos históricos e duramente conquistados, além de um imenso programa de privatizações.

O sonho de um concurso público.



Um dos maiores desejos de nossa juventude é a efetivação em um emprego público. Hoje isso está ameaçado, pois na insistente tentativa de impor um projeto ideológico que não passou pelo crivo das urnas, está o Estado mínimo. Este Governo tem incentivado Estados e Municípios a congelarem a realização de concursos públicos, coagindo e atrelando ajuda financeira apenas aos Estados que se submetam a esta agenda, que inclui privatizações. Estamos vendo diariamente diversas estatais realizarem planos de demissões de funcionários públicos, além da covarde entrega de nossas estatais ao grande capital, camuflada nas privatizações. Portanto, o sonho de um concurso público está cada vez mais distante com este projeto neoliberal golpista que tem freado a oferta e abertura de concursos já este ano.

Emprego com garantias trabalhistas e salários dignos.

O jovem que irá acessar pela primeira vez o mercado de trabalho encontrará pela frente sérias inseguranças. Esta reforma trabalhista imposta é um ataque à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estabelecida em 1943, durante a Era Vargas, que foi considerada no mundo uma lei modelo. Pela garantia e proteção aos trabalhadores, fortalecendo a sindicalização e criando o salário mínimo, férias pagas, dia útil fixo e plano de seguridade social, tudo isso, hoje, foi posto em cheque e fortemente ferido.

Nossos jovens encontrarão um mercado de trabalho incerto, com baixos salários e muita exploração patronal, pois o “acordo” que o empregador impuser aos trabalhadores valerá mais do que a lei, sob pena de demissão ou não contratação do profissional que refutar tais condições. Além disso, este ano estamos vendo, pela primeira vez em décadas, o não aumento do salário mínimo. Se antes os governos



do PT valorizavam o poder de compra e o aumento salarial do trabalhador, este Governo que reduzir, gradativamente, isso, pois descendem da casa grande e também servem a ela, tão acostumada ao trabalho escravo.

Formação acadêmica, capacitação e emancipação crítica.

Ser jovem hoje é sinônimo de ousadia, de rebeldia, de coragem. Talvez a criticidade de uma sociedade incomode a este projeto entreguista e opressor, afinal, não querem ver este projeto de poder ameaçado ou questionado nas massas. Além de reprimir e tentar criminalizar as organizações sociais e manifestações legítimas em defesa da sociedade e dos direitos sociais, este governo golpista trata os instrumentos de formação da cidadania com boicote.

O maior exemplo é a educação, afetada diretamente com o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, através da Emenda 95. O golpismo reduziu drasticamente o orçamento das universidades públicas, além disso, cortou cerca de 50% o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações. O CNPq já se encontra sem orçamento e sem condições de pagar as bolsas de estudo. Foi extinto o Programa Ciência sem Fronteiras. Reduziram-se drasticamente o PROUNI e o FIES. A entrega do pré-sal pôs fim à expectativa de aumento no investimento, já que era uma conquista a questão dos *royalties*, o chamado fundo social do pré-sal, em que 50% desse montante seriam destinados à educação, uma prova de que este Governo elegeu este setor como algo a ser combatido.

Paralelo a isso, veio a reforma do ensino médio, que visa ao aprofundamento da educação meramente mercadológica, tecnicista, que sirva apenas aos interesses do grande capital. À medida que se desvirtua e se retira a capacidade reflexiva,



humanística e coletiva do ensino, contribui-se para a formação de cidadãos sem criticidade, subservientes, individualistas e consumidores vorazes.

Portanto, senhoras e senhores, a diversidade de acesso às oportunidades, marca nos governos do PT, está fortemente ferida pelo golpismo. O ataque fere também os sonhos de nossos jovens, pois na obscuridade do horizonte não conseguem vislumbrar um futuro de grandes oportunidades.

É nesse sentido que reafirmamos a necessidade de barramos, enquanto há tempo, este projeto de retrocessos desferido em nosso País. Somente a reação social, o povo nas ruas, sobretudo a juventude, irá conseguir mudar o curso dessas ações e recuperar um país que olhe para seu povo com olhar humano, de desenvolvimento, de oportunidades, de acessos e democratizações.

Fora, Temer! Diretas já!

Sr. Presidente, peço-lhe que este nosso discurso seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa e também no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. DELEGADO WALDIR (PR-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Delegado Waldir votou com o partido, Sr. Presidente.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Laercio Oliveira, na votação anterior, votou com o partido, Sr. Presidente.

A SRA. NORMA AYUB (DEM-ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Norma Ayub votou com o partido.

O SR. DEOCLIDES MACEDO (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Deoclides Macedo, do PDT, votou com o partido.



O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O Deputado Simão Sessim, na votação anterior votou com o partido.

A SRA. ROSINHA DA ADEFAL (Bloco/PTdoB-AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Rosinha da Adefal votou com o partido.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, este é um tema que na verdade nós estamos aqui a percorrer vários tempo, e o tempo que nos reserva aqui, Sr. Presidente, é o tempo presente. Ficar olhando tanto para trás ou para frente, além do nosso tempo, talvez seja um pouco difícil para nós chegarmos a um acordo.

Este Parlamento prima pela busca sempre do acordo. Nós, o PCdoB, Sr. Presidente, ao longo da sua trajetória no Parlamento brasileiro sempre primou pela democracia e pelos direitos da sociedade, dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Por isso mesmo, nós entendemos que numa reforma política ou eleitoral se deveria levar em conta, sim, uma participação maior das mulheres, maior representatividade dos negros, das negras, dos trabalhadores e das trabalhadoras. Nós entendemos que uma reforma política deveria ter esse ponto, esse pano de fundo.

Desse modo, nós procuramos construir um acordo aqui. Dois pontos importantes para nós, Sr. Presidente, são a questão da coligação e a da cláusula de barreira. E nós, do PCdoB, para chegarmos a um acordo, refutamos a cláusula de barreira ou cláusula de desempenho e procuramos construir um acordo.

Por essa razão, esperamos, sim, que aqueles pontos que foram acordados ainda com a Deputada Shéridan, antes de serem votados na Comissão, possam ser restabelecidos aqui no plenário. É para restabelecer o acordo e não a votação que



saiu da Comissão, porque ali não era, de fato, o que havia sido acordado com as Lideranças do partido ou a maioria delas.

Sr. Presidente, o que nós precisamos é que os acordos sejam garantidos, senão, como nós vamos trabalhar aqui?

Não há razão, no nosso entendimento, para que questões essas importantes do ponto de vista que nós estamos colocando aqui, não só a questão de um fundo democrático, de um fundo público, mas de fato as eleições, tenham uma regra, pelo menos do ponto de vista financeiro igual para todos. No nosso entendimento, quando já colocamos a nossa opinião contrária ao financiamento empresarial, era para retirar esse desequilíbrio financeiro que vem trazendo nas eleições e buscar a questão de um fundo público que tenha, sim, uma garantia mínima de criar um equilíbrio e transparência sobre isso.

Nós do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, temos posição favorável a isso, como, de fato, temos também posição clara contra questões que não avançam do ponto de vista da democracia e da garantia dos direitos do eleitor.

É preciso, cada vez mais, haver a possibilidade, sim, de o eleitor ser o agente político da decisão de colocar aqui o seu representante.

Por isso, Sr. Presidente, é que nós aqui nos posicionamos favoráveis a um acordo anteriormente feito antes da votação da PEC relatada pela Deputada Shéridan na Comissão, porque até nesta Comissão havia um acordo, acordo este, no nosso entendimento, lá rompido.

Por isso, o PCdoB se posiciona aqui desta tribuna sempre respeitando o acordo feito pelas Lideranças, feito pelos Líderes partidários, porque aí é que nós



avancamos do ponto de vista de buscarmos algum entendimento para podermos votar o mínimo de reforma eleitoral neste Parlamento no dia de hoje.

Sr. Presidente, era isso.

Obrigado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Afonso Florence votou com o partido na votação anterior.

O SR. RONALDO BENEDET (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Ronaldo Benedit votou com o partido na votação anterior.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Gonzaga Patriota votou com o partido.

O SR. MARCELO MATOS (PHS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Marcelo Matos votou com o partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Pela ordem, tem a palavra a Deputada Dulce Miranda.

A SRA. DULCE MIRANDA (PMDB-TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Dulce Miranda, nas últimas votações, votou com o partido, o PMDB.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Muito bem, Deputada. *(Pausa.)*

Concedo a palavra, para falar contra, ao Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, servidores, todos os que acompanham esta sessão, o PSOL tem a obrigação de dizer que não estamos fazendo nenhuma



reforma política para oxigenar, para hidratar, para transformar um sistema partidário eleitoral corrompido e degradado. Estamos e aqui estaremos no debate permanentemente tentando fazer algumas mudanças tópicas, algumas delas bastante questionáveis. Portanto, não se trata da reforma política que só viria numa república de fato com mobilização popular, com envolvimento da cidadania, através de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para votar a reforma política, após um intenso debate na sociedade. Nada disso está acontecendo, daí também as nossas imensas dificuldades até de se chegar a consensos básicos, daí esse acordo do qual nós não fizemos parte para votar alguns pontos da mal chamada reforma. É claro que a crise da representação é abissal.

Nós estamos cobrando, por exemplo, do Ministro Fachin que libere os áudios recentes que a Procuradoria-Geral da República enviou para o Supremo Tribunal Federal, porque, senão, fica essa especulação interminável.

Se houver Procurador envolvido em negociata, em transação com a JBS ou Ministro do Supremo Tribunal Federal também envolvido, é necessário que isso venha à luz, como vem frequentemente — e é correto — o nome de chamados “políticos”, de figuras do Executivo e do Legislativo.

Transparência é o caminho. Claro que os irmãos Batista e os executivos da JBS não merecem nenhuma contemplação. Eles foram generosamente beneficiários de uma delação que não honraram, que fizeram à conta gotas, que fizeram de maneira insuficiente.

O que pode vir aí agrava a denúncia do esquema criminoso. Não se iludam aqueles que aparentemente respiram aliviados, pois mais gente graúda pode ser envolvida. E o esquema criminoso que, ao fim e ao cabo, tem como essência a



promiscuidade entre os negócios privados, as negociatas particulares e o interesse público, ou melhor, e integrantes do poder público está no âmago dessa questão.

Essa cena de hoje, de agora há pouco, com o *bunker* supostamente ligado a Geddel, que foi Ministro do Lula e foi Ministro do Temer, com aquele mundo de dinheiro, é algo a ser também examinado. E tudo isso se soma para o descrédito da atividade política, que é um perigo para um país sem consciência política, sem estruturas políticas minimamente acreditadas, caminha para o autoritarismo, caminha para o fascismo, caminha para uma espécie de populismo demagógico autoritário. E não foi para isso que lutamos contra a ditadura, não é para isso que tantos de nós nos empenhamos para democratizar a República.

Portanto, não se trata de reforma. Nós estamos aqui combatendo até esse acordo, cuja integralidade não conhecemos. Não ouvimos sobre esse acordo nem no Colégio de Líderes, nem mesmo na reunião da Minoria, em detalhes. Mas queremos dizer que o fim da coligação nas proporcionais é importante, pois cada partido aparece com o seu peso, com a sua força, com a sua realidade dentro da sociedade.

Agora é preciso atentar para outro fato. Se não se reexamina na legislação infraconstitucional a questão da sobra dos votos, que só vai para aqueles que atingem o quociente eleitoral, pode-se, em Estados menores, eleger membros de apenas um partido que alcançou aquele quociente, dado o fim das coligações. Tudo está relacionado. Votar tudo fatiadinho ou deixar para 2020 uma proposta virtuosa que deveria entrar em vigor ano que vem é equivocado, é errado. O PSOL não vai concordar. No momento adequado vamos fazer o debate sobre cada ponto.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Para falar a favor, concedo a palavra à Sra. Deputada Erika Kokay. *(Pausa.)*

Pela ordem, tem a palavra o Sr. Deputado Gonzaga Patriota. Em seguida, Deputado Wilson Filho, depois S.Exa.

A SRA. SIMONE MORGADO (PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Simone Morgado votou com o partido na votação anterior.

O SR. CARLOS MELLES (DEM-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Carlos Melles votou com o partido na votação anterior.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço à Deputada Erika Kokay a concessão deste 1 minuto para eu dar apoio aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais de Petrolina que ocupam há alguns meses parte do canal do Pontal Sul.

Mais de mil trabalhadores e trabalhadoras estão hoje na CODEVASF fazendo um apelo ao Ministro da Integração Nacional, ao Presidente da CODEVASF, para que se retire uma ação judicial, porque no dia 12 a Polícia Federal vai colocar esse povo na rua, e já há 15 milhões de pessoas desempregadas.

Aqui o nosso apoio e o nosso apelo ao Ministro para que não permita tirar trabalhadores e trabalhadoras rurais e jogar fora a plantação — macaxera, milho, feijão. Que se deem pelo menos mais 1 ano ou 6 meses para que possamos regularizar a situação dessas trabalhadoras e desses trabalhadores rurais do Pontal Sul de Petrolina.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma luta histórica da população do Vale do São Francisco terminou vitoriosa quando o Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, assinou a regulamentação da lei que permite a titulação dos lotes e a renegociação das dívidas referentes ao K-1, como é chamada a cobrança pelo uso da água e infraestrutura para os trabalhadores rurais. Esse ato histórico aconteceu no Núcleo Irrigado 3, o N-3, reunindo centenas de agricultores e trabalhadores rurais.

Com essas ações do MIN, mais de 12 mil agricultores dos projetos públicos irrigados do semiárido, sob gestão da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), poderão quitar suas dívidas com descontos de até 95% e garantir a titulação de seus lotes. Estes benefícios foram anunciados nesta segunda-feira (13) pelo Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho (PMDB), durante agenda em Petrolina-PE.

Dos trabalhadores rurais beneficiados pela Portaria que regulamenta o art. 13 da Lei 13.340, de 28 de setembro de 2016, 2,3 mil são de Petrolina. O que hoje está sendo feito não é um favor; é necessário e é um direito conquistado. São vocês que representam o crescimento desta cidade e de toda a região que levam o nome de Petrolina mundo afora.

A renegociação é válida para parcelas de dívidas vencidas entre 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2011. Os pagamentos poderão ser quitados até 29 de dezembro de 2017.

Segundo Helder Barbalho, a novidade é essencial para acelerar o crescimento do país. *"Hoje damos mais um passo para garantir a adimplência do*



produtor rural, para que ele possa ter preservado aquilo que é mais valioso, que é ter seu nome limpo e, dessa forma, possa continuar trabalhando com afinco para fazer o Nordeste e o Brasil crescerem", destacou o Ministro.

Feito este registro, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho apelar ao querido Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, objetivando promover o assentamento de aproximadamente 1.000 (mil) trabalhadoras e trabalhadores rurais, oriundos e originários das terras desapropriadas pela CODEVASF, para implantação do Projeto Pontal, em Petrolina, hoje assentados às margens do Canal Sul do Projeto Pontal, cheio há mais de 5 anos, sem qualquer ocupação oficial.

Esses trabalhadores e trabalhadoras estão hoje de plantão, ocupando a CODEVASF de Petrolina, em razão da ameaça de serem expulsos pela Polícia Federal após o dia 12 do corrente, por decisão judicial, oriunda de ação de reintegração de posse, promovida pela CODEVASF. Ocorrendo isso, serão mais mil famílias a se somarem aos 15 milhões hoje desempregados no País.

Às trabalhadoras e aos trabalhadores rurais hoje assentados no Pontal, a nossa solidariedade e o nosso compromisso de continuar lutando por essa categoria, em busca de terras para o seu labor.

Concluo este discurso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabenizando os produtores dos projetos de irrigação do Submédio São Francisco, que fizeram e continuam fazendo o crescimento e desenvolvimento dessa região, pela importante conquista, bem como os novos assentados, que lutam por um palmo de chão para suas sobrevivências como colonos.



O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Vanderlei Macris votou com o partido na votação anterior.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (SD-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Benjamin Maranhão votou com o partido na votação anterior.

O SR. SÉRGIO VIDIGAL (PDT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Sérgio Vidigal votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra a Deputada Josi Nunes, pela ordem. Logo após, eu passarei a palavra à Deputada Erika Kokay e, em seguida, a V.Exas.

A SRA. JOSI NUNES (PMDB-TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Deputada Josi Nunes, nas votações anteriores, votou com o partido.

O SR. VALADARES FILHO (PSB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só queria justificar que o Deputado Valadares Filho votou com o partido.

O SR. ROBINSON ALMEIDA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Robinson Almeida votou de acordo com a orientação do partido.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Wilson Filho. *(Pausa.)*

O SR. JORGE TADEU MUDALEN (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Jorge Tadeu Mudalen votou com o partido.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay. (*Pausa.*)

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Valdir Colatto votou com o partido, Sr. Presidente.

O SR. WILSON FILHO (Bloco/PTB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, rapidamente, em 1 minuto, gostaria de registrar a presença, em Brasília, do Prefeito José Benício de Araújo Neto, de Pilar, e de sua equipe, que saíram daquele Município para andar conosco e tentar aqui em Brasília avanços para sua cidade.

Já conseguimos conquistar para Pilar o empenho de uma máquina de cortar terra para os agricultores daquela cidade. Nós já conseguimos avançar em um portal para a cidade e calçamento para as ruas que estão na base de poeira e lama quando faz sol e quando faz chuva.

Eu gostaria de registrar o empenho do Prefeito Benício, que vem a Brasília sempre, para tentar fazer com que o povo da cidade de Pilar tenha uma qualidade de vida melhor.

O SR. VITOR VALIM (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de V.Exa. passar a palavra à Deputada Erika Kokay, eu quero só fazer um apelo a todos os partidos. Apesar da crise que estamos passando, com mala de um lado, mala de outro, acho que todos devem pagar, independentemente do partido que estejam. Quem errou deve pagar, mas o povo que está assistindo à sessão, a população, quer mudança. E a mudança passa por uma reforma política.

Então, faço o apelo para não obstruirmos a votação, para que ela possa correr, e ganhe quem tem voto. E que não fiquemos apenas em um processo de



obstrução atrapalhando e levando cada vez mais a votação para a calada da noite para depois sermos achincalhados na rua.

Então, o povo quer a reforma política, o povo não quer essa sopa de letrinhas que há aqui na Câmara Federal. E é necessária uma cláusula de barreira, porque quem não tem voto não representa o povo.

Muito obrigado.

O SR. ERIVELTON SANTANA (PEN-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Erivelton Santana votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - A Deputada Erika Kokay está com a palavra.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Eu penso que o exercício da política é o exercício da elevação da dignidade humana e, ao mesmo tempo, a discussão, espaços de construções de soluções coletivas.

Já dizia a CNBB que a política é o exercício supremo da caridade. É o exercício sublime da caridade.

Já dizia também o Papa João Paulo VI que a política é um comprometimento ou um entendimento do próprio amor no sentido largo e generoso que tem o amor.

Portanto, o exercício da política não é um jogo das malas e das cédulas. O exercício da política não é o jogo da compra. A política não pode ser vergada por uma lei de mercado que constrói os desejos como pílulas prontas e as derrama nas casas e tenta vergar a nossa própria humanidade.

O mercado, esse mercado que aqueles que ocupam o Palácio do Planalto, golpistas que são, entendem que tem sentimentos humanos — o mercado fica



nervoso, o mercado fica calmo —, é dotado hoje de sentimentos humanos por este Governo.

Essa lógica de mercado não pode vergar o patrimônio deste País como este Governo tem buscado fazer. Ou seja, entrega-se o patrimônio construído pelo povo brasileiro ao mercado, para que o mercado possa fazer deste patrimônio um instrumento de conquistas de lucros.

Portanto, é importante que nós tenhamos uma reforma política, ainda que a nossa democracia representativa esteja tão precária. E está precária!

Alguém pode bater no peito e dizer que este Parlamento nos representa? Ele não representa as mulheres! Nós temos por volta de 10% de mulheres nesta Câmara, sendo que as mulheres representam mais de 50% da sociedade.

Nós temos um Parlamento que é um pacto de casacas, de cartolas, de bengalas e que nega a representação que caberia a uma democracia de fato, a uma democracia representativa.

A reforma política se faz necessária. Ela precisa discutir o financiamento de campanha para que nós não tenhamos as campanhas açulando e afiando os instrumentos que são utilizados por quem financiou a campanha através dos mandatos. Nós precisamos discutir também o sistema eleitoral.

Essa proposta de emenda constitucional traz algumas discussões que, ainda que não tenham o mesmo caráter estruturante, são importantes. Os partidos não podem ser legendas que também são colocados à venda. Na verdade, eles são objetos de disputa mercadológica em que esta Casa se transformou com a compra absolutamente desnuda de votos para salvar o Presidente corrupto que vive entre malas.



Ele tropeça em malas, seja mala de Deputado seja mala de Geddel Vieira. Aquilo é um acinte à própria Nação. Os recursos ali estabelecidos, ali estampados, mostram a face real deste Governo.

Enfim, nós precisamos qualificar os partidos. Partido não pode ser legenda. Nós não podemos ter esse nível de fragmentação partidária como há nesta Casa.

De repente, decide-se ter uma legenda para se negociar e de novo se açular o dito mercado, considerado como Deus por este Governo que aí está, sem votos e ilegítimo.

Ao mesmo tempo, nós precisamos qualificar as alianças. Nós não podemos ter a conveniência eleitoral determinando que ideias absolutamente díspares ou projetos completamente antagônicos possam compor uma coligação eleitoral.

Por isso, nós avançamos nesta PEC. Não avançamos no que é estrutural, mas avançamos. Onde não há qualquer tipo de avanço é em um Governo que está açoitando a democracia — um Governo extremamente corrupto que é o Governo Temer —, entregando o patrimônio nacional e achando que o mercado é o todo-poderoso e é um Deus em que se jogam os corpos de trabalhadores.

A SRA. LUANA COSTA (PSB-MA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Deputada Luana Costa, do PSB, votou de acordo com a orientação do partido.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Para falar contra, tem a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dar como lido e que fosse divulgado



amplamente no programa *A Voz do Brasil* o pronunciamento que faço para registrar que estive na posse da nova diretoria da *Ubaitaba FM 87.9*.

Quero parabenizar, em especial, o atual Presidente da rádio, Betinho da Bahia, e desejar-lhe sucesso na sua gestão. Betinho da Bahia é radialista profissional e um jovem bastante popular na cidade.

Quero parabenizar também Zé Mário, Presidente cessante, que na sua gestão desenvolveu um trabalho comprometido com a imparcialidade, a transparência e a verdade dos fatos.

Estiveram comigo na posse o Vice-Prefeito de Ubaitaba, Jailton, e o Secretário de Saúde de Ubaitaba, Zé Carlos.

Parabéns à *Ubaitaba FM!* Vida longa à *Ubaitaba FM!* E quero parabenizá-la também pelo seu trabalho de divulgação no conjunto da região.

Pela importância do tema, gostaria que fosse divulgado pelos meios de comunicação da Casa este pronunciamento.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Silvio Torres votou com o partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Deputada Elcione, V.Exa. votou com o partido?

A SRA. ELCIONE BARBALHO (PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu votei com o partido na votação anterior, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Simão Sessim. Logo após, para falar contra, Deputado Glauber Braga.



O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, na votação anterior, o Deputado Odorico Monteiro votou com o partido.

O SR. JEFFERSON CAMPOS (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Jefferson Campos votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Otavio Leite votou com o partido.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero manifestar a minha solidariedade à família do menino Renan dos Santos Macedo. Infelizmente, ele foi mais uma vítima da violência que domina de forma estarrecedora o Estado do Rio de Janeiro.

Com apenas 8 anos de idade, o pequeno Renan teve a sua trajetória de vida encerrada precocemente por criminosos no bairro de Gramacho, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. O pequeno Renan foi atingido por um tiro na cabeça, quando seu pai tentava manobrar o veículo que dirigia para tentar fugir de um arrastão praticado por bandidos, próximo à favela do Retão.

Socorrido no Hospital Estadual Adão Pereira Nunes, Renan, para o desespero dos seus pais, dos familiares e de todos nós, teve morte cerebral diagnosticada pouco depois.

Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. considerasse como lido todo o meu pronunciamento, no qual relato esse drama terrível, essa triste notícia que, aliás, é recorrente em matéria de violência no nosso Estado do Rio de Janeiro.



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a minha breve presença na tribuna desta Casa do Povo é para manifestar a minha solidariedade à família do menino Renan dos Santos Macedo. Infelizmente, foi mais uma vítima da violência que domina de forma estarrecedora o Estado do Rio de Janeiro.

Com apenas 8 anos de idade, o pequeno Renan teve a sua trajetória de vida encerrada precocemente por criminosos, no bairro de Gramacho, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

O pequeno Renan foi atingido por um tiro na cabeça, quando seu pai tentava manobrar o veículo que dirigia para fugir de um arrastão praticado por bandidos, próximo à Favela do Retão. Quando os bandidos perceberam a tentativa de fuga, atiraram impiedosamente, ao menos cinco vezes contra o carro.

Socorrido no Hospital Estadual Adão Pereira Nunes, Renan, para o desespero de seus pais, familiares e todos nós, teve morte cerebral diagnosticada pouco depois das 5 horas da tarde desta segunda-feira. Os médicos fizeram de tudo, em vão.

Sr. Presidente e nobres Deputados, todos nós, nesta Casa e no Congresso Nacional, precisamos tomar uma posição enérgica. E um dos primeiros passos seria endurecer as leis, colocando-as mais rígidas.

Ninguém mais aguenta conviver com esse estado de coisa, com essa selvageria, com essa barbárie. Percebemos que o crime se fortalece a cada dia que passa, tomando conta da situação, sem o que o Estado tenha força e meios de combatê-los.



Que Deus tenha piedade da família de Renan e a ilumine para encontrar forças e conforto diante de mais esta tragédia que acaba de abalar a sociedade brasileira.

Até quando, Sr. Presidente?

Muito obrigado.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Janete Capiberibe, na votação nominal, votou com o partido.

O SR. LÚCIO VALE (PR-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Lúcio Vale votou com o partido.

O SR. PAULO FEIJÓ (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Paulo Feijó votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que acompanham a sessão neste momento, vou falar sobre a votação da cláusula de barreira. Normalmente qual é o argumento utilizado? O argumento é que existem muitos partidos no Brasil e partidos de aluguel.

Primeiro, vou falar aqui algo que sempre é repetido pelo Deputado Chico Alencar: se existe partido pequeno não ideológico que se vende é porque existe partido grande que o compra.

Nós defendemos partidos programáticos, ideológicos, que sejam escolhidos pela sociedade brasileira por aquilo que representam. Existem outras formas de se



acabar com os pequenos partidos de aluguel não ideológicos, como, por exemplo, o fim da coligação proporcional, que nós topamos votar.

Mas há outro elemento, outra possibilidade que facilitaria o fim dessas legendas ou, pelo menos, o não fortalecimento desse mercado de aluguel, que é a composição de uma alternativa em que o tempo de televisão não seja somado com o de quem está disputando o cargo majoritário.

Vamos falar o português claro aqui. Por que normalmente existe esse processo de negociação para determinar uma maior coligação de partidos políticos, principalmente pelas grandes legendas nacionais? Para somar o tempo de TV. Se houvesse a criação de uma regra em que essa soma não acontecesse, e com o fim da coligação proporcional, já se estaria dando um golpe nos pequenos partidos não ideológicos, que querem se instituir para a realização do balcão.

Há mais um ponto que eu queria discutir com V.Exas.: o distritão. Nunca é demais repetir, porque esta matéria vai voltar a este plenário, provavelmente. O distritão favorece prioritariamente aqueles que já estão no exercício dos mandatos, uma vez que 92% dos atuais Parlamentares se elegeriam pelo modelo distritão.

Diferente do que se vende para o cidadão, para o eleitor brasileiro e brasileira, não seriam eleitos aqueles mais votados, prevalecendo a vontade do eleitor. Não! Todos sabem que no sistema distritão se diminui de maneira abrupta o número de candidatos. E aqueles Parlamentares ligados às cúpulas partidárias dos maiores partidos serão priorizados, tanto com relação aos recursos administrados quanto na possibilidade de candidatura. Então, o eleitor não fica com um número maior de candidatos para votar nas eleições. Ele fica com um número menor, Deputada Zenaide. É isso que vai acontecer.



Além disso, meus amigos e minhas amigas, qual é a proposta objetiva que o PSOL apresenta em relação ao financiamento eleitoral? Nós, historicamente, sempre defendemos o financiamento público de campanha. Achamos que o pior dos cenários é o financiamento empresarial, com empresas de poder econômico cooptando a representação. Defendemos um financiamento público que seja modesto, com adequações ao fundo partidário, com um teto estabelecido para doações de pessoa física e para o autofinanciamento e com uma distribuição mais igualitária desses recursos, não privilegiando os grandes partidos em detrimento dos pequenos partidos. A campanha tem que ser programática, ideológica, com os debates sendo aquilo que vai fortalecer o centro de decisões do eleitor, do cidadão brasileiro e da cidadã brasileira.

Temos que discutir esses pontos com profundidade. Essa é a posição do PSOL.

O SR. HUGO MOTTA (PMDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Hugo Motta votou com o partido na votação anterior.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Newton Cardoso Jr votou com o partido na última votação.

O SR. ANDRÉ AMARAL (PMDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado André Fufuca, o Deputado André Amaral votou com o partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Sandro Alex, pela ordem.



O SR. SANDRO ALEX (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Muito obrigado, Presidente Fufuca.

Eu quero fazer aqui um discurso de homenagem a uma instituição de ensino da cidade de Ponta Grossa: eu quero cumprimentar a Universidade Estadual de Ponta Grossa, a UEPG.

Na última sexta-feira, o ENADE já registrou três cursos com conceito 5: Agronomia, Farmácia e Odontologia. Hoje a *Times Higher Education*, que é uma instituição inglesa, um dos principais organismos de avaliação educacional do planeta, colocou a UEPG entre as mil universidades mais importantes do planeta — dez brasileiras caíram, e quatro subiram, entre elas, a UEPG.

Parabéns à UEPG, entre as melhores do mundo!

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Marcon.

O SR. MARCON (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para mim, nós estamos encerrando um jogo em relação à reforma política, porque já vem o mês de outubro e, nos últimos minutos, estamos tentando aprovar alguns pontos da reforma política.

Eu vejo que o financiamento público de campanha e o teto de gastos de campanha são fundamentais para a democracia brasileira. Precisamos de financiamento público, mesmo que tenham tentado distorcê-lo com aquele volume de dinheiro que foi discutido na Comissão Especial da reforma política.

O financiamento privado termina naquilo que nós vimos hoje com a atuação da Polícia Federal em relação ao Sr. Geddel, amigo, companheiro e ex-Ministro do Presidente da República sem voto Michel Temer.



Isso é uma vergonha para o Brasil, é uma vergonha! Quem defende financiamento privado por empresas concorda com aquelas 15 malas de dinheiro do ex-Ministro e parceiro do Presidente da República, que foram hoje encontradas.

O engraçado é que Geddel estava preso como ladrão, como propineiro, acusado de lavagem de dinheiro. No entanto, o Presidente da República sem voto se articulou com o seu assessor jurídico Gilmar Mendes, do Supremo, para soltar este que hoje envergonha mais uma vez o nosso País: o Geddel, do PMDB.

Por incrível que pareça, 15 malas foram encontradas e 15 é o número do PMDB, do chefe da quadrilha deste País. Respeito a turma do PMDB que não concorda com tudo isso que nós vimos hoje, mas aqueles que não se manifestam concordam. Isso é ruim para a política.

É por isso que nós precisamos do financiamento público de campanha e do teto para volume de gastos. É por isso também que sou favorável ao fim das coligações. Eu concordo com o Deputado Glauber Braga. Existem muitos partidos de aluguel. Muitos caciques brigam entre si, saem de suas legendas e formam novas siglas, para fazer as suas negociatas, para cobrar nas coligações majoritárias, para barganhar. Eles não sabem o que é organizar um partido. Nós precisamos de partidos ideológicos, precisamos de partidos para os 4 anos de mandato, e não só para concorrer, vender a sigla, comprar espaço, eleger Deputado e fazer negociata nesta Câmara Federal. Nós precisamos moralizar essa questão.

Eu vejo que um passo de fundamental importância para nós começarmos a disciplinar isso é terminar com as coligações. Quem quiser concorrer vai ter que construir o seu partido, vai ter que se organizar e formar a sua bancada para disputar a eleição. Isso é preciso para que os candidatos não sejam políticos de 4



anos em 4 anos, não vendam o partido e comprem vaga para estar aqui a fim de fazer negociata.

Eu respeito muito os partidos menores, os partidos que têm uma história ideológica no Parlamento e no Brasil, como a que têm principalmente os partidos de esquerda. Mas eu não posso aceitar a situação quando eu vejo que alguns se organizam e formam partidos simplesmente para comprar vaga ou para vender o partido a fim de conseguir espaço de televisão nas majoritárias.

Por isso, sou contra as coligações. As novas regras têm que valer em 2018.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães, para falar contra a matéria. *(Pausa.)*

O SR. PAULÃO (PT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Paulão votou com o partido nas votações anteriores, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado João Derly votou conforme a orientação do partido na última votação nominal.

O SR. CÉSAR MESSIAS (PSB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado César Messias votou com o partido na última votação nominal.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (PPS-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última votação, o Deputado Arthur Oliveira Maia votou com o partido.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Luiz Carlos Hauly votou com o PSDB na última votação.



O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a discussão é sobre a reforma política. Infelizmente, no Brasil, a cada eleição, tem-se uma reforma por conveniência. Na verdade, é uma reforma eleitoral que termina por se adequar à conveniência ou à maioria reinante, não é um sistema que se discute para um contexto de vida prolongada e de aprofundamento da democracia no nosso País.

Temos a questão da coligação e dos pequenos partidos. Eu faço parte do partido mais antigo da história do nosso País, o PCdoB, que não é um partido de aluguel. Se utilizam os instrumentos de criação de partido como banco de negócios, basta inviabilizar, por exemplo, a soma do tempo de televisão. Essa é uma das maneiras. Que não se permita somar o tempo de televisão dos partidos pequenos, que são utilizados como mercadoria, como negócio, no período eleitoral, ao tempo da chapa majoritária. Com isso, um espaço importante de negociatas seria fechado.

Portanto, o que se quer aqui não é aprofundar o processo democrático de discussão das alianças políticas. Se a coligação fosse uma coisa tão imoral, também não deveria existir para a chapa majoritária. Aliás, a negociata ocorre para beneficiar a chapa majoritária, não a proporcional.

Nesse sentido, se tiverem coerência aqueles que querem acabar com o processo de coligação, deveria haver o fim da coligação na chapa majoritária e o fim da coligação na chapa proporcional. Isso seria lógico, porque grande parte das negociatas não ocorre na composição das chapas proporcionais, e, sim, no apoio dos partidos pequenos ou dos partidos de aluguel às chapas majoritárias.

Este debate precisa se dar com muita profundidade. O Brasil é complexo. Nós temos uma realidade política diferenciada em todo o território nacional. Precisamos



adequá-la à vida política nacional, e não fazemos, em cada eleição, uma reforma política de conveniência. Nós precisamos fazer uma reforma política duradoura, que leve em consideração o aprofundamento do processo democrático: a discussão dos recursos, o acesso aos recursos, o acesso ao tempo de televisão.

As televisões no Brasil são concessões públicas. Por que o Estado brasileiro tem que remunerar, pelo uso para o espaço democrático, essas empresas que recebem concessão pública? Este debate não se faz! Os espaços de utilização das TVs, que são um grande instrumento de negociações e negociações neste País, são todos concessões públicas. Já deveria se dar, na renovação desses processos de concessão, toda a definição de que o espaço democrático para o debate plural no País nos períodos eleitorais não tivesse que ser remunerado por parte do poder público federal. Isso aprofundaria o processo democrático e a discussão das ideias.

Vejo por aí algumas propostas, por exemplo, de se retirarem os programas dos partidos políticos. Ora, nós já temos o monopólio dos meios de comunicação no Brasil! Nós não temos uma mídia democratizada, com aprofundamento do debate das ideias para o conjunto da sociedade brasileira. Não permitir que isso aconteça nos tempos partidários cerceia, cada vez mais, o debate e faz com que se tenha uma visão monolítica, única, sobre a realidade brasileira, sobre seu diagnóstico e suas saídas.

Nesse sentido, essa reforma política precisa avançar para uma proposta mínima de consenso. Não podemos permitir que, a pretexto de se aprofundar a democracia, não se ataquem as raízes da corrupção e das relações do processo eleitoral com financiamento de campanha.



As malas que foram encontradas significam a relação das empresas com o financiamento de campanha. Isso, sim, precisa ser combatido! Essa é a raiz, a porta de entrada para a corrupção e para a relação promíscua entre o poder no processo político e eleitoral do Brasil e as grandes empresas com interesses empresariais. Essas empresas acabam não contribuindo, mas, sim, fazendo investimentos para, lá na frente, retirar uma contrapartida a partir do poder.

Portanto, essa reforma tem que avançar com, no mínimo, o consenso possível dentro deste Parlamento.

O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PROS-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só queria justificar que, na última votação, eu votei com o partido.

O SR. ROBERTO ALVES (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Roberto Alves votou conforme a orientação do partido.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Assis Carvalho votou com o PT na última votação.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Augusto Coutinho votou com o Solidariedade.

O SR. MARCELO CASTRO (PMDB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Marcelo Castro votou com o seu partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, para falar a favor da matéria.



O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje é uma data histórica para o Brasil, para a política e também para o meu mandato.

Desde 1999, eu brigo meio solito nesta Casa pelo fim das coligações nas eleições para Vereadores, Deputados Estaduais e Deputados Federais, ou seja, pelo fim das coligações nas eleições proporcionais.

Lembro-me de que, lá em 1999, quando apresentei o projeto, tínhamos 11 ou 12 partidos. Perdi uma vez, duas vezes, três vezes, fui derrotado quatro vezes com essa proposta, mas jamais queria estar do lado daqueles que me ganharam, porque eles atrasaram a política do Brasil. Agora, passado esse tempo, não são mais 12 partidos, são 40 registrados e mais 30 em gestação. Não é razoável nem aceitável que isso possa acontecer.

Por isso, de forma intransigente, defendo que não permitamos que esses partidos venham a nascer, mesmo porque há até partido do Corinthians — assim, vai sair partido do Grêmio, do Inter, do Flamengo, do São Paulo, do Fluminense, do Botafogo, do Cruzeiro, do Coritiba. Isso é vergonhoso!

Se nós aprovarmos o fim das coligações, esses 30 partidos não vão nascer e, dos 40 que existem, 20 vão morrer subitamente, na hora, e outros 10 vão para a UTI.

É bom que se diga para quem me ouve que o problema é que os políticos são os mesmos, os partidos é que são diferentes. Na hora em que diminuir o número exagerado de partidos, os políticos vão achar o seu canto, vão achar o seu lugar, vão ocupar o seu espaço. Por isso, nós precisamos aprovar essa reforma de maneira urgente.



Menos mal que Deus é bom! Antes tarde do que nunca! É mais do que sobrada a hora! É mais do que passada a hora! Ou a Câmara faz o seu dever de casa ou vai pagar o mico de ver o Supremo Tribunal Federal fazê-lo no seu lugar. Isso será vergonhoso! Isso será ridículo! Isso será uma covardia do Parlamento nacional, que não tem coragem de cortar esse exagero de partidos e vai deixar para que o Supremo faça.

Quando o político se nega a fazer política e o juiz tem que fazer a política que o político não fez, este País está às avessas. E a culpa não será do Supremo, do Judiciário, mas será tão somente desta Casa, deste Parlamento. Por isso, nós temos que cumprir a nossa parte.

Chega de partido de puxadinho! Chega de partido de escora! Chega de partido de encosta! Isso será bom para o Brasil, será bom para a política, será bom para os políticos, será bom para a moralidade, será bom para a transparência.

Neste País, o grande negócio é fazer um partido ou montar uma Igreja. Para a Igreja, os fiéis pagam o dízimo. Para o partido, o Governo, o Orçamento, o Fundo Partidário dá a sua contribuição — e o povo paga a conta!

Chega! Chega de pensar pequeno! Chega de olhar para o próprio umbigo! Chega de interesses menores! O Brasil é maior do que a pequenez de alguns olhares avessos. Nós temos que olhar para a frente. Quem pensa grande ao alto se destina!

Então, é hora de terminar com as coligações. Quem não tem competência não se estabelece. Quem não tem voto não se credencia. Partido que não tem representatividade não se apresenta.



Eu tenho certeza de que nós vamos moralizar a política, botar a Casa em ordem e dar dignidade aos partidos, fazendo com que tenham ideias, projetos e ideologias. É disso que nós precisamos para melhorar e para moralizar.

O Sr. André Fufuca, Presidente em exercício, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Vitor Valim, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. MARCO MAIA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Marco Maia, na votação anterior, votou com o partido.

O SR. MARCOS REATEGUI (PSD-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Marcos Reategui votou conforme o PSD.

O SR. JONES MARTINS (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Jones Martins votou com a bancada na votação anterior, Sr. Presidente.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Hildo Rocha votou conforme o PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Vitor Valim) - Mais alguém quer registrar o voto?
(Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Afonso Motta, Líder do PDT, pelo tempo regimental de 5 minutos.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o boletim de ocorrência do dia de hoje; o boletim de ocorrência que, cotidianamente, tem alcançado os Poderes da República; o boletim de ocorrência que tem alcançado o setor público e o setor privado, evidenciando o esgotamento de um sistema que lamentavelmente assola o nosso País, alcança



hoje o mundo, porque começaram as investigações sobre a compra de votos para que o Brasil sediasse as Olimpíadas.

Não há como deixar de considerar que a notícia daquele conjunto de malas cheias de dinheiro circula mundo afora, mostrando a realidade nacional, a triste realidade política e institucional do nosso País.

Portanto, fazer a disputa pelos fatos, como costumeiramente é feito neste plenário, é desconhecer a triste realidade de descrédito e de desmerecimento que alcança o Parlamento nacional, os partidos políticos e a política nacional.

Sras. e Srs. Parlamentares, é incrível que, mesmo diante de tantas evidências, nós não tenhamos as condições mínimas para responder à sociedade brasileira, cumprindo com aquilo que é a essência da nossa responsabilidade.

A verdade é que nós respondemos muito mais às medidas de império do Governo e temos dado a nossa resposta obstruindo, discutindo, complementando a regulação de império, que hoje é o que vige no País, mas não temos capacidade para tratar daquilo que é essencial para a vida nacional, porque as nossas divergências, mesmo nessas circunstâncias, são tão grandes que sequer conseguimos regular o processo eleitoral para 2018 — não falo nem de reforma eleitoral! É preciso regular o processo eleitoral para 2018.

Não temos como realizar as eleições de 2018 com a regulação atual. Vai faltar financiamento, as prestações de contas não vão ter integridade e a campanha, que vai ser a única esperança para o País sair do grande desafio que vive, não vai dar resposta mínima para o debate nacional necessário.

Há dificuldades aqui, pois não existe um consenso mínimo. Quando não há esse entendimento e as divergências são amplas, quando se defendem os



interesses da cada partido e do que cada Parlamentar representa, eu acho que nós só temos uma saída, Sras. e Srs. Parlamentares: disputar no voto e assumir as consequências por essa disputa.

Hoje está na pauta a PEC que proíbe as coligações. Se não é possível definir no entendimento, vamos definir no voto, com o voto de cada um. Por isso, Deputado Pompeo de Mattos, a manifestação da nossa bancada é favorável à proibição das coligações, mas respeitamos os que pensam de forma diferente, os que acham que não se deve regular.

Portanto, vamos debater e vamos decidir no voto, mas pensando no Brasil. Vamos superar as divergências. O Brasil precisa deste Parlamento. A política e a democracia ainda são a esperança do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vitor Valim) - Deputado, a Mesa parabeniza V.Exa. pelo pronunciamento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, peço a palavra apenas para registrar que votei com o partido, ou seja, contra a retirada de pauta, na votação anterior. Eu estava no Tribunal Superior do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Vitor Valim) - Está registrado, ilustre Deputada Laura Carneiro, representante do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. BENITO GAMA (Bloco/PTB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Benito Gama votou com o partido na última votação.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Vitor Valim) - Agora, seguindo a ordem dos oradores que irão falar contra Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL, que dispõe do tempo regimental.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu fiz referência há pouco à necessidade de uma verdadeira reforma política. O Deputado Davidson Magalhães disse que, para fazer uma reforma que não seja de conveniência — ele usou esses termos —, ou seja, para fazer uma reforma duradoura, precisamos criar um nível de debate mais profundo. E ele tem razão.

Eu acredito que o caminho seria a constituição de um poder constituinte eleito para fazer a reforma política. Digo isso porque, quando Deputados e Senadores com mandato sabem que essa reforma vai influenciar a sua pretendida reeleição, facilitando-a ou dificultando-a, isso acaba virando um jogo de conveniência, como disse o Deputado Davidson.

Então, aqui não se fala em reforma política; no máximo, se fala em reforma eleitoral. Não há reforma política sem que se discuta a participação popular, a iniciativa popular de lei de forma menos burocratizada, a transparência nas ações de quem representa o povo, a cassação de mandato de quem traiu o povo.

Há uma série de possibilidades de participação popular. Hoje, nós temos meios técnicos que permitem a participação direta do povo. Basta ter vontade para criar os mecanismos para que a população, através das redes computacionais e informacionais, tenha espaços para opinar, para criticar e, até mesmo, para tomar iniciativa de leis.



Acontece que democracia, nos tempos atuais, é coisa apenas para inglês ver. As pessoas arrotam o compromisso com a democracia, mas, na prática, aprovam uma série de projetos que castram o poder popular, que inviabilizam o exercício soberano da democracia popular.

Então, precisamos fazer uma reflexão. Se nós quisermos eliminar partidos de aluguel, é importante, por exemplo, a cláusula de barreira. E o que foi aprovado na Comissão, mediante o trabalho brilhante da Deputada Shéridan, é um patamar aceitável. Mas a verdade é que há partidos e partidos. Eu posso divergir do PCdoB, mas eu não posso dizer que o PCdoB é um partido de aluguel. O PSOL é um partido pequeno, por ser um partido programático e ideológico.

A minha mãe não consegue entender isso. Ela culpa o meu avô, o pai do meu pai, que foi sindicalista e comunista: *“Poxa, até nisso você puxou o seu avô! Como é que você passa 25 anos construindo o PT, fazendo campanha para o Lula, e, quando ele é eleito, sai do PT para construir o PSOL?”* É difícil entender! Mas quando há diferenças ideológicas e programáticas, cada um tem que procurar o seu caminho e manter o respeito para com os antigos companheiros, divergindo deles quando necessário.

Hoje nós debatemos na Comissão de Finanças e Tributação — CFT a realização de uma audiência sobre auditoria da dívida. Todos me viram nesta tribuna criticando de forma contundente o Governo Dilma por não querer fazer auditoria e, inclusive, vetar a proposta aprovada, que teve como Relator o Deputado Zeca Dirceu! Não fui eu o Relator na Comissão Mista do Orçamento.

Então, há contradições, e cada um tem que dizer o que pensa, tem que ser coerente. Mas um partido coerente no Brasil não vai crescer do dia para a noite.



Quantos partidos surgiram no ano passado e foram janelas abertas para a entrada de vários Deputados? Eu vi partido que, em 1 semana, tinha vinte e tantos Deputados. O PSOL tem seis; ele poderia ter 20 ou 30, mas deixaria de ser o PSOL.

Portanto, partidos pequenos que têm compromisso programático e uma visão de mundo, que têm uma postura perante o quadro político, que têm um projeto estratégico, são diferentes de partidos que, em cada eleição, vendem o tempo para o dono do poder da vez. No Pará, o Governador fala em dezoito, vinte e tantos! Em São Paulo, acontece a mesma coisa. Em todos os lugares, vê-se a mesma coisa: aquela salada de legendas!

O SR. GABRIEL GUIMARÃES (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o Deputado Gabriel Guimarães votou de acordo com a orientação do partido.

O SR. PRESIDENTE (Vitor Valim) - Deputado, vou lhe dar mais 1 minuto para V.Exa. concluir.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Pode me dar até menos tempo, Sr. Presidente. Apenas quero parabenizar pelo trabalho que foi realizado. No que se refere a esses dois temas, tanto o da cláusula de barreira quanto o das coligações, quero dizer que respeito a posição do PCdoB, mas o PSOL, por exemplo, não vê problema no fim das coligações.

Para ser coerente, para mostrar como é insuficiente o debate, concluo com a seguinte pergunta: por que nas eleições para cargos majoritários as coligações continuarão existindo? Nesse caso, não há partidos de aluguel, não há vinda de tempo, não há corrupção eleitoral?



Então, sejamos mais coerentes e façamos um verdadeiro debate, em favor da democracia.

Obrigado.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO - Sr. Presidente, peço só 1 minuto, por gentileza, para fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Vitor Valim) - Deputado José Airton Cirilo, deixe-me só seguir a ordem dos trabalhos. V.Exa. falará daqui a pouco.

Agora irá falar a favor da matéria o Deputado Betinho Gomes, que já pode se dirigir à tribuna desta Casa.

Alguém quer justificar a ausência na votação?

O SR. JORGE BOEIRA (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Jorge Boeira votou conforme a orientação partidária.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na votação anterior, eu, Deputado José Airton Cirilo, votei com o partido.

O SR. REMÍDIO MONAI (PR-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Remídio Monai votou com o partido.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO - Sr. Presidente, eu quero fazer um registro bem rápido, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Vitor Valim) - O Deputado Betinho Gomes já se encontra na tribuna. Vou conceder a V.Exa., Deputado José Airton Cirilo, 30 segundos, para não deixar o Deputado Betinho esperando.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um registro aqui muito importante: é com muito orgulho que parabenizo os estudantes Ruan Pablo Silva da Paz e Ronald Silva do



Nascimento, ambos de 14 anos, que ganharam a medalha de prata na 9ª edição do Pan-Americano Cadete de Taekwondo, ocorrido na cidade de San José, na Costa Rica, na última terça-feira, dia 29 de agosto. Eles são alunos da Escola Professora Mizinha, no Município de Icapuí.

Eu quero, também, parabenizar o Fábio Ronin, Presidente da Federação Cearense Esportiva de Taekwondo, pelo excelente trabalho de apoio a esses jovens cearenses, filhos de pescadores e estudantes de escola pública, que representaram muito bem o Brasil.

Parabéns a eles, aos seus familiares e a todos os que fazem esse trabalho magnífico na cidade de Icapuí.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero destacar com muito orgulho que Ruan Pablo Silva da Paz, 14 anos, filho de Samara Maria da Silva e José Evanilson Pereira da Paz, e Ronald Silva do Nascimento, 14 anos, filho de Francisco de Assis e Maria Aglailda Lima da Silva, ambos do Município de Icapuí, no Ceará, e estudantes do 9º ano da Escola Professora Mizinha, conquistaram medalha de prata já em sua primeira competição internacional, a 9ª edição do Pan-Americano Cadete de Taekwondo, que ocorreu na cidade de San José, na Costa Rica, nesta terça-feira, 29 de agosto.

Há 5 anos o Ceará classifica atletas para a Seleção Brasileira. Já tivemos atletas cearenses campeões sul-americanos na categoria cadete — de 12 a 14 anos —, campeões brasileiros, medalhas no Sul-Americano, além de várias medalhas nacionais. Todo esse trabalho está refletindo no Ronald e no Ruan. Parabenizo



Fábio Ronin, Presidente da Federação Cearense Esportiva de Taekwondo — FECET pelo excelente trabalho, pois dois jovens cearenses, filhos de pescadores, estudantes de escola pública municipal, representaram muito bem o Brasil.

Parabéns!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vitor Valim) - Muito obrigado, Deputado José Airton Cirilo, que tão bem representa o Estado do Ceará e que já teve a oportunidade de ser algumas vezes o Prefeito do Município de Icapuí, cidade que tem saudade do tempo em que V.Exa. era gestor.

Tem palavra o Deputado Betinho Gomes, pelo tempo regimental. *(Pausa.)*

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Wolney Queiroz votou com o partido na votação anterior.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaríamos de fazer aqui um debate sobre a PEC 282, a qual inclusive tive a honra de relatar na Comissão de Constituição e Justiça e que agora está sob a relatoria da Deputada Shéridan na Comissão Especial.

Quero dizer às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que estamos diante de uma das poucas possibilidades reais de iniciar um processo de ajuste do nosso sistema político — ajuste, sim, porque não vamos conseguir com essa proposta resolver todos os males e vícios de um sistema que está deteriorado, que está corroído e que já não mais corresponde às necessidades da sociedade, muito menos favorece um debate político equilibrado, um debate político que estabeleça uma boa governança.



Qual é o mal recente? Temos um sistema que estimula o surgimento de maneira indiscriminada de partidos políticos. Aliás, o STF deu uma péssima contribuição quando derrubou a cláusula de barreira naquela época, em que tínhamos um percentual de 5%.

Se houvesse naquele momento a manutenção da proposta, nós já teríamos um sistema ajustado, uma governança de mais qualidade e, possivelmente, quem sabe, um ambiente mais saudável para o debate político. Isso não prosperou e agora está diante deste Plenário. O Senado já fez a sua parte.

Devemos dizer à sociedade que queremos ajustar o sistema e acabar — desculpem-me o termo — com essa verdadeira esculhambação e avacalhação que se tornou o sistema político brasileiro, que estimula o surgimento de partidos que muitas vezes não têm nada a dizer ao povo, que só são constituídos para negociar apoio político, para negociar tempo de TV, para ter acesso a recurso público do fundo partidário.

Sras. e Srs. Deputados, está aqui a possibilidade de darmos o primeiro passo, para que no futuro, aprovando essa PEC, nós possamos avançar para algo mais estrutural.

É preciso acabar com essa fragmentação partidária que aqui se institui. Só neste plenário nós temos 28 partidos deliberando, fazendo movimentos através das obstruções, fazendo todo tipo de acordos, nem sempre republicanos.

Nós queremos chamar a atenção da população que nos acompanha neste momento para duas PECs que estão sendo discutidas. Um delas é a PEC 77, que vai ao encontro do distritão, que não sei se é o melhor sistema, e de quebra procura aumentar os gastos com fundo eleitoral. A outra é a PEC 282, que está sendo



debatida neste instante. Além de começar um processo de reorganização do sistema político brasileiro, ela dá um passo significativo na possibilidade de economizar recursos públicos, na medida em que menos partidos terão acesso ao fundo partidário e menos partidos terão disponibilidade do tempo de TV.

Recentemente, foi feito um cálculo pelo jornal Folha de S.Paulo mostrando que nós poderíamos ter uma economia de 64 milhões de reais no fundo partidário se já fosse aprovada a cláusula de desempenho, que nesta proposta começa com 1,5% e vai progredindo até 30%, chegando às eleições de 2030 com este percentual.

Quero aqui conclamar os Deputados e Deputadas que sabem que não dá mais para conviver com este sistema político para nesta tarde fazer história, fazer história no sentido de dizer que nós não concordamos com esse sistema apodrecido, envelhecido, carcomido! Nós queremos começar a mudá-lo, para garantir mais representatividade política, recuperar um pouco a confiança da sociedade e assegurar que nós possamos ter uma melhor governança, o que vai se dar a partir do momento em que nós pudermos ter aqui partidos políticos fortes.

É hora de acabar com a farra da instituição de partidos que nada dizem à sociedade! É hora de dar um passo adiante! É hora de afirmar a necessidade de construção ou reconstrução do sistema político, que precisa ser recuperado através de um tecido novo, para que nós possamos melhorar a qualidade do debate político e a governança e, com isso, obter resultados, a partir das discussões que fazemos aqui neste plenário.

Por isso, peço apoio à PEC 282, que traz a única reforma política possível de ser aprovada neste instante.

Muito obrigado.



O SR. LUIZ FERNANDO FARIA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vitor Valim) - O Deputado Betinho Gomes, do PSDB, falou a favor da proposta de Emenda Constitucional nº 282.

Quem estava pedindo a palavra?

O SR. LUIZ FERNANDO FARIA (Bloco/PP-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero registrar que eu, Deputado Luiz Fernando Faria, votei com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Vitor Valim) - Espero que nós possamos legislar, porque, Deputado Hildo Rocha, se nós não legislarmos, outra Casa que não tem essa prerrogativa irá fazê-lo.

Agora, irá falar contrariamente à matéria o Deputado João Daniel, do PT, que tem o tempo regimental de 5 minutos.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a reforma política é uma grande e importante reforma, que deveria ter sido pautada, debatida, ouvida pela sociedade brasileira, porque é daqui, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que saem as decisões que melhoram ou pioram a vida do povo brasileiro.

Há um interesse forte da grande mídia, das grandes corporações e dos bancos em que o Parlamento, o Congresso Nacional, seja fraco, desmoralizado, não tenha força, não tenha poder de decisão, para que seja aprovado e encaminhado aquilo que é de interesse dos que financiaram, ao longo da história, grande parte das eleições do Congresso Nacional.

Nós avançamos na nossa Constituição de 88: avançamos em programas e em projetos, avançamos em Governos populares, a exemplo dos Governos do



Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Mas nós nunca conseguimos fazer uma verdadeira reforma política, que discutisse o papel do Estado brasileiro, os Poderes, e que desse ao povo brasileiro poder de participação, através de referendos e de uma Constituinte, e de debate.

Eu me lembro muito bem — é importante que recordemos isto — de que, na época das grandes manifestações apartidárias de 2013, quando a juventude foi às ruas nas capitais exigir mudanças políticas, o Governo da Presidenta Dilma encaminhou ao Congresso Nacional a proposta de organizarmos uma Constituinte.

A CNBB, no Grito dos Excluídos de 2013, com a presença de todos os movimentos sociais e sindicais, protocolou no Palácio do Planalto, na Câmara e no Senado um pedido, com mais de 4 milhões de assinaturas, para que o Brasil fizesse uma Constituinte exclusiva, para que o povo elegeisse um Congresso que fizesse uma verdadeira reforma política e para que este Congresso, eleito, não voltasse a participar da eleição, a fim de que fosse um Congresso que, de fato, representasse os interesses nacionais, a soberania nacional e o povo brasileiro, em especial a classe trabalhadora.

A cena que hoje está estampada nos jornais, protagonizada pelo Ministro e articulador do golpe contra a Presidenta Dilma, o impeachment, mostra o poder e a força das empresas privadas e dos bancos nas eleições, nos partidos e nos quadros que dominam a política de direita nesta Casa.

Por isso, é difícil aprovar uma reforma política que tenha participação popular, que tenha financiamento público, que estabeleça teto máximo para as eleições, que dê voz e vez à população, para que esta possa não ser enganada pelo poder econômico, pelo poder da mídia, que, na maioria das vezes, massacra, como



aconteceu na última eleição para o Senado da República no nosso Estado, quando o candidato a Senador da nossa chapa levava vantagem em relação ao adversário do início ao fim — as pesquisas mostravam uma diferença de 30% — e, no dia em que se encerrou a eleição, a diferença foi de 3%.

Não ao uso do poder econômico! Não ao uso do poder da mídia, do dinheiro privado e da corrupção! Por uma reforma política que garanta mais direitos, mais participação popular e fortalecimento dos partidos!

O SR. PRESIDENTE (Vitor Valim) - Eu já chamo pra fazer uso da palavra, como Líder, cuja fala tem prioridade, a Deputada Renata Abreu, do Podemos, pelo tempo regimental de 4 minutos. *(Pausa.)*

Antes disso, Deputado Bacelar, V.Exa. tem a palavra por 1 minuto, assim como a Deputada Dulce Miranda, que falará em seguida.

O SR. BACELAR (PODE-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero, neste momento, registrar o meu protesto pelo fechamento da agência da Caixa Econômica Federal no Bairro de Plataforma, na cidade de Salvador.

Uma das justificativas para a existência de um banco oficial, de um banco estatal, é a sua função social. Mas, no Governo Temer, a lógica de mercado impera, e a Caixa está deixando de cumprir a sua função social, prejudicando mais de 500 mil moradores do chamado Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Espero que a Presidência da Caixa reveja essa decisão e que os sócios do Governo Michel Temer que tenham intercessão na Bahia também se juntem a nós para impedir essa medida, que prejudica a população de Salvador, especialmente a do Subúrbio Ferroviário.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vitor Valim) - Enquanto a Deputada Renata Abreu, do Podemos, se desloca até a tribuna, a Deputada Dulce Miranda falará por 1 minuto. Depois seguirei a ordem dos inscritos para falar a favor e contra a matéria. *(Pausa.)*

O SR. EDMAR ARRUDA (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas registrar que o Deputado Edmar Arruda votou com o partido na votação anterior.

O SR. RICARDO IZAR (Bloco/PP-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Ricardo Izar votou com o partido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vitor Valim) - Depois eu vou chamar, para falar contra a PEC 282, o Deputado Delegado Edson Moreira.

A SRA. DULCE MIRANDA (PMDB-TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar a Caravana da Juventude, do meu querido Estado do Tocantins, que tem levado aos colégios estaduais uma conversa reta com a juventude dos nossos 139 Municípios, apontando problemas e fazendo debates sobre drogas, bullying e tantas outras coisas que têm acontecido nas escolas estaduais.

Quero cumprimentar a nossa Secretária de Educação, Juventude e Esportes, a Sra. Wanessa Sechim, e o nosso Superintendente Estadual de Juventude, Ricardo Ribeirinha.

Quero ainda pedir que meu discurso seja dado como lido.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vivemos hoje um momento em nosso País em que a palavra crise resume praticamente todos os insucessos de qualquer segmento da sociedade ou instituição.

Sabemos que vivemos um momento difícil, mas só conseguiremos virar a página e vislumbrarmos dias melhores se nos envolvermos com políticas públicas eficazes e transformadoras para a nossa sociedade.

Sabemos que para construirmos um futuro melhor temos que olhar para nossas crianças e nossos jovens com um olhar especial e com a consciência de que nossos jovens são os instrumentos para transformar nossa sociedade e nosso País. E para termos o futuro que queremos precisamos trabalhar o presente com muita determinação.

E foi sob essa ótica que o Governo do Estado do Tocantins, através da Secretaria de Educação e da Superintendência da Juventude, implementou o programa Caravana da Juventude no Tocantins.

A Caravana da Juventude é uma parceria entre o Governo do Tocantins e a Secretaria Nacional de Juventude.

O principal objetivo da Caravana da Juventude é estabelecer um canal de diálogo direto entre os jovens e o Governo do Estado, com a missão de levantar os anseios e levar as políticas públicas para a juventude dos 139 Municípios tocantinenses.

Percorre os Municípios do Estado uma equipe multidisciplinar, com enfermeiros, pedagogos, lideranças jovens, policiais militares e vários técnicos, em uma ampla parceria, com foco na redução da gravidez na adolescência, da prostituição infantil, do bullying, da evasão escolar, do consumo de álcool e drogas e



da violência escolar, entre outras vulnerabilidades sociais que prejudicam a juventude no nosso País.

Na semana passada, a Caravana da Juventude esteve na região do Bico do Papagaio e percorreu 15 Municípios levando palestras preventivas. Com o acompanhamento de consultores da UNESCO, lançou o programa ID Jovem e o TO no ENEM, além de diversas ações de educação, saúde e prevenção ao risco do consumo de álcool e drogas.

Quero parabenizar pela iniciativa o Governador Marcelo Miranda e a Secretária de Educação, Juventude e Esportes, Profa. Wanessa Sequim. Quero parabenizar pelo brilhante trabalho o Superintendente da Juventude no Tocantins, Ricardo Ribeirinha, e a sua equipe, que com a sua presença, dedicação, capacidade de realização e força de trabalho, conduziram a Caravana da Juventude, que foi um grande sucesso por onde passou.

Essa foi mais uma grande ação do Governo do Tocantins para a população. Eu costumo dizer que temos de colocar amor em tudo o que vamos fazer, e o Tocantins está trabalhando com amor pelo futuro dos seus jovens, de sua gente.

Quero parabenizar a todos os colaboradores do projeto Caravana da Juventude. É só assim, com políticas públicas efetivas, que conseguiremos ter jovens que fazem a diferença. Precisamos olhar com mais esperança, carinho e atenção para o futuro da nossa juventude, pois são eles o hoje e o amanhã.

Sr. Presidente, gostaria que este pronunciamento ficasse registrado nos Anais desta Casa e que fosse divulgado no programa A Voz do Brasil.

Muito obrigada!

A SRA. JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, peço a palavra por 1 minuto.



O SR. PRESIDENTE (Vitor Valim) - V.Exa. tem a palavra por 1 minuto.

Em seguida, o Deputado Delegado Edson Moreira falará contra a PEC 282/16.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, hoje é o Dia Internacional da Mulher Indígena e o Dia da Amazônia.

No Governo Temer, a FUNAI está sendo desmontada: cargos estratégicos são loteados, processos de demarcação são paralisados e desfeitos para atender o agronegócio e a mineração, o marco temporal é imposto contra os indígenas e quilombolas.

O Governo extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e Associados — RENCA para dar o subsolo a mineradoras estrangeiras, pondo em risco as comunidades indígenas e extrativistas que a ocupam.

Hoje é mais um dia de resistência para barrar as agressões do Governo Temer. As mulheres indígenas da Amazônia estão reunidas no Acre, desde a semana passada, em busca de...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vitor Valim) - Deputada, eu tenho que seguir o Regimento da Casa, que determina que fale um a favor e um contra a matéria. Se V.Exa. concluir em 10 segundos, eu lhe concedo a palavra, pois o Deputado Delegado Edson Moreira já está na tribuna.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE - Elas estão em busca de formas de resistência. As populações indígenas contam com apoios nacionais e internacionais



para a decretação de barreiras humanitárias como uma saída necessária neste momento.

Peço a divulgação deste pronunciamento.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vitor Valim) - A Mesa acata a sua solicitação e irá determinar a divulgação do pronunciamento de V.Exa. nos veículos de comunicação da Casa.

Informo que o Deputado Pepe Vargas tinha razão quanto à ordem dos inscritos. Houve uma confusão na Mesa. Falará agora o Deputado Delegado Edson Moreira e, em seguida, o Deputado Pepe Vargas. *(Pausa.)*

O SR. DR. SINVAL MALHEIROS (PODE-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Dr. Sinval Malheiros votou com o partido nas votações de hoje.

O SR. JAIME MARTINS (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Jaime Martins, nas votações anteriores, votou conforme recomendação do partido.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a história reflete, anos depois, o que acontece em determinada época, em determinado local.

Rui Barbosa, em 1914, fez um discurso sobre o Caso Satélite em que disse que a corrupção é o maior dos males e que um dia o brasileiro iria sentir vergonha de ser honesto. Isso ele falou num discurso sobre o Caso Satélite, em 1914.

Eu não sei qual foi a repercussão que isso teve àquela época. Outros acontecimentos vieram, e o Congresso Nacional decidiu que deveria haver cláusula



de barreira e uma maior dificuldade de criação de partidos, que já são muitos. O que aconteceu? O Supremo, ao qual não compete legislar, se meteu a fazer uma legislação eleitoral e criou grandes monstros no País, criou essa salada de partidos.

A função do Supremo Tribunal Federal não é legislar; a função do Supremo Tribunal Federal é julgar conforme a legislação. Quem tem a função e o dever de legislar é o Congresso Nacional — a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Toda vez que o Supremo entra na competência de outro poder, faz besteira. Considerando-se o todo poderoso, derrubou a cláusula de barreira. Com isso, os partidos proliferaram como erva daninha, por tudo quanto era lugar do Brasil, com vários donos. Depois vieram as legendas de aluguel, fazendo as coligações.

Ora, vamos analisar profundamente: por que querem acabar com esse modelo eleitoral e impor um distritão? Por que, em toda eleição, tem que haver uma mudança na legislação eleitoral, uma readaptação? Alguma coisa está errada nisso aí! Se a legislação tem que mudar a toda hora, é porque não é boa.

Então, somos contrários à PEC 282, sim. Somos contrários ao término das coligações, principalmente agora em 2018. Somos contrários ao financiamento público de campanha. Somos contrários ao fim das coligações.

Nós somos favoráveis às coligações. Eu acho que a eleição passa por conversações de agrupamentos que chamem a atenção do eleitor, para se chegar a determinado caminho. Aqui há representantes dos 26 Estados e do Distrito Federal, das 27 unidades federativas. Cada uma traz o seu número. Aqui há uma miscigenação de Estados, com culturas diferentes, folclores diferentes, para se analisar e se chegar a uma boa legislação.



Os Parlamentares do Rio Grande do Sul pensam de um jeito; os de Roraima pensam de outro. Mas, aqui, eles conversam e se entendem. Então, há que haver coligações, há que haver uma conversa para se chegar a um entendimento, porque através da conversa é que se chega a um entendimento.

Portanto, eu acho que não há problema nenhum em existirem as coligações. Quem está combatendo isso não quer perder...

(Desligamento automático do microfone.)

O Sr. Vitor Valim, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. ANÍBAL GOMES (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Aníbal Gomes, nas duas votações anteriores, votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

Eu deixo claro que nós não vamos prorrogar o tempo de ninguém. O tratamento é igual para todos.

Concedo a palavra ao Deputado Pepe Vargas, do PT do Rio Grande do Sul, por 5 minutos.

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.



Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta Casa Legislativa, nos últimos 10 anos, não quis alterar nenhuma lei que diga respeito ao sistema eleitoral. Já se disse alguma vez que, mesmo quando esta Casa não decide, está decidindo — no passado, decidiu que não queria decidir, mas tomou uma decisão política de não alterar a legislação.

Felizmente, estamos entrando num momento em que vamos decidir algumas coisas. Hoje vamos decidir se deve haver coligação em eleições proporcionais e se deve haver cláusula de barreira. No entanto, vamos deixar claro o seguinte: isso está longe de ser uma reforma política.

O parágrafo único do art. 1º da Constituição do nosso País diz:

Art. 1º.....

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente (...).

Eu vou destacar: o povo exerce o poder por meio de representantes eleitos ou diretamente. O que nós vamos discutir hoje aqui é só essa parte que diz respeito ao povo designar representantes para decidir em seu nome. Infelizmente, não estamos aqui discutindo como organizar, ampliar e aprofundar as formas de participação direta do povo brasileiro no processo político.

Nós usamos pouco instrumentos como o plebiscito e o referendo. O ideal inclusive seria acabarmos com a emenda parlamentar e termos a emenda popular ao Orçamento. Em vez de emenda parlamentar, deveríamos ter emenda popular ao Orçamento, para o povo poder discutir as prioridades orçamentárias. Há modernas tecnologias da informação que hoje em dia permitiriam ao povo brasileiro participar



diretamente de um conjunto de decisões sobre temas importantes. Mas nada disso está sendo discutido aqui. Nós estamos discutindo só sistema eleitoral.

A respeito disso, eu estou entre aqueles que acham muito importante haver a proibição de coligações para as eleições de Deputados e Vereadores, as chamadas eleições proporcionais. Essa proibição vai criar um filtro e diminuir o número de partidos políticos.

Hoje, com o tempo de TV, o fundo partidário e a possibilidade de coligações nas eleições proporcionais, cria-se essa multiplicidade de partidos. No entanto, todos sabem que nós não temos tantos programas e tantas ideologias quantos são os partidos representados nesta Casa, sem falar daqueles que não estão aqui representados.

O fim das coligações nas eleições proporcionais é fundamental para aperfeiçoar o sistema eleitoral brasileiro, mas também temos que dizer que isso é insuficiente. Precisamos discutir também o financiamento das campanhas eleitorais.

Esta Casa nunca quis acabar com o financiamento empresarial. Quem acabou com o financiamento empresarial foi o Supremo Tribunal Federal, ao julgar uma ação direta de inconstitucionalidade. Essas malas de dinheiro — as últimas do Geddel, as anteriores do Rocha Loures ou as do primo de Aécio Neves — têm como base o financiamento empresarial da política. É preciso acabar definitivamente com financiamento empresarial na política. Temos que criar um teto de gastos, para que não tenhamos o poder econômico decidindo sobre o sistema político de representação no nosso País. Também é importante aprofundarmos essa discussão.

Hoje, aqui, nós queremos exatamente votar o fim das coligações proporcionais e um sistema de desempenho dos partidos que tenha o mínimo de



democracia. Eu, particularmente, acho que o ideal seria dizer o seguinte: “*Se um partido atingir o quociente eleitoral, ele tem o direito de ter funcionamento partidário*”. Entretanto, se acabarmos com a coligação nas proporcionais — o que vai diminuir o número de partidos e transformar os que subsistirem em partidos mais programáticos e mais ideológicos, com mais clareza para o cidadão fazer o seu voto —, estaremos avançando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Bohn Gass, do PT do Rio Grande do Sul.

V.Exa. tem até 5 minutos improrrogáveis na tribuna.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Manato, colegas Deputados e Deputadas, em primeiro lugar, as campanhas eleitorais precisam ser mais baratas; em segundo lugar, precisam ser mais transparentes; e, em terceiro lugar, não pode haver negociatas entre os partidos.

Este Congresso foi eleito, na sua maior parte, com financiamento empresarial. Todos nós conhecemos o dito popular: “*Quem contrata a banda pede a música*”. Não é assim, Deputado Henrique Fontana? Então, na verdade, quem patrocina o político determina como ele vota. Nós precisamos de projetos, de programas.

Este Parlamento, eleito sob essa égide do financiamento empresarial, não vai conseguir fazer uma reforma política que determine que a campanha seja mais barata e mais transparente, sem negociatas.

De cara, eu quero dizer que é necessária uma Constituinte, com pessoas eleitas diretamente para fazer a reforma política inteira, não apenas alterações na



legislação eleitoral, como as que vamos fazer aqui. Isso também é importante, mas não é suficiente para fazermos uma política mais transparente e efetiva.

Deputado Glauber Braga, ao analisar alguns dados, constatei que já houve 137 mudanças de partido nesta Legislatura. Na passada, foram 151. Ora, as pessoas têm o direito de fazer suas trocas partidárias, mas nós queremos um sistema em que as pessoas lutem pelas ideias, pelos projetos! Assim daremos valor aos partidos.

As pessoas podem dizer: *“Mas os partidos hoje estão todos contaminados, não prestam”*. Então, precisamos mudar a regra partidária. Não permitir as coligações proporcionais é uma das formas de fazer com que a regra partidária mude e haja um voto consistente, programático e ideológico.

As coligações proporcionais fazem com que as pessoas se juntem a outro partido para se elegerem. Com isso, o eleitor, que deve ser o dono do mandato e deve saber em quem vota, tem um resultado diferente do que imaginava na hora da votação.

Nesse processo, é fundamental que retiremos a coligação no âmbito dos Vereadores, dos Deputados Estaduais e dos Deputados Federais. As pessoas podem perguntar: *“Como eu vou me organizar se ainda sou pequeno e não consigo ter representação?”* É exatamente aí que está a pedagogia partidária!

Nós precisamos forçar muitas pessoas a serem candidatas, para que muitas lideranças se apresentem e façam o debate com a sociedade. Ao fim e ao cabo, nós queremos é que o voto do eleitor e a ideia das pessoas prevaleçam e que haja estabilidade na eleição, com o voto programático, com o voto ideológico.



Nós estamos aqui votando esta PEC 282 exatamente para darmos condições de esse voto do eleitor ser respeitado, a fim de que, por termos menos partidos e mais ideologia, não tenhamos o voto individualizado, sem compromisso coletivo. Esse compromisso é importante em uma agremiação, porque é a partir dele que pode haver uma cobrança sobre o eleito, que precisa estar vigiado, mas vigiado de forma coletiva e responsável.

Com isso, nós retiraremos a parte do patrocínio financeiro, do financiamento empresarial, que tem que sair; impediremos a falta de transparência, porque queremos processos transparentes; e impediremos as negociatas partidárias entre si.

Este é o debate que queremos fazer aqui. Acredito que este Congresso, devido à sua origem no financiamento empresarial, não tenha essa condição. Por isso, é necessária uma Constituinte exclusiva para a reforma política efetiva.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Pastor Eurico, na votação anterior, votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Pastor Eurico.

Concedo a palavra ao último orador inscrito para falar contrariamente: o Deputado Ivan Valente, do PSOL de São Paulo.

V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos votando a reforma política em tempo apertado e sem debate com a sociedade.



A primeira coisa que pensa quem está assistindo à *TV Câmara* e acompanhando os fatos é o seguinte: *“Poxa, diante de uma crise dessas dimensões, com as denúncias que têm vindo à tona todos os dias — a situação da JBS, a fala do Procurador-Geral da República, uma nova denúncia contra Temer, a mala de dinheiro no bunker do Geddel Vieira Lima —, o que os Deputados vão votar? Como é que ficamos nós, o povo, frente a isso? Será que os Deputados e os partidos políticos querem só se garantir?”*

Então, faço as seguintes perguntas: será que aqui nós vamos votar plebiscito, referendo, iniciativa popular, participação direta da população? Não. Será que a população está acompanhando isso aqui? Também não.

Portanto, essa vai ser uma reforma a toque de caixa, em que se quer mexer no sistema político brasileiro, no financiamento das campanhas. E o pior: há quem queira repartir em distritos o Brasil inteiro no próximo ano. É impressionante! Isso passa ao largo do que a sociedade brasileira quer.

E ainda há uma inversão: primeiro, vota-se uma PEC que já está pronta para ser votada, que tem distritão, distritão misto, fundo, fundão, distrital misto, só que ela não vem para o Plenário. Nós destacamos apenas uma proposta a respeito da receita líquida de 0,5%. Nós retiramos isso de um fundo que não existe ainda — é interessante!

Hoje nós estamos votando o fim das coligações proporcionais e também a cláusula de barreira. É sobre isso que vou falar.

Primeiro, a população não quer isso. Criou-se essa lógica de que os partidos pequenos que foram criados são de aluguel. Isso é verdade em grande parte, mas há os programáticos e os ideológicos. E os grandes de aluguel, inclusive o do



Presidente da República, que é o maior partido de aluguel que existe? Ninguém fala disso! Os grandes vão permanecer.

Na cláusula de barreira, a barreira tinha que ser moral, política. Não se trata só de uma cláusula de desempenho, com as mesmas regras da eleição privada de 2014, quando foram eleitos por isso.

Nós do PSOL somos a favor, sim, do fim das coligações proporcionais, não da cláusula de barreira, porque há partidos ideológicos e programáticos que vão ficar de fora. Nós não vamos concordar com isso.

Em relação ao financiamento, Sr. Presidente, eu quero dizer o seguinte: o financiamento empresarial é, sem dúvida, o que há de pior na sociedade brasileira, é um escândalo! Nós sempre defendemos o financiamento público, mas com razoabilidade, com distribuição equitativa, com diálogo com a sociedade, com teto de contribuições individuais. Isso nós topamos.

Mas cadê a proposta? A proposta era de 3,6 bilhões de reais, quase igual ao financiamento empresarial de 2014, pelo qual se fazem as regras proporcionais dos partidos que utilizaram o dinheiro da corrupção. Nós não podemos aceitar que o financiamento seja proporcional ao número dos que foram eleitos com dinheiro da corrupção.

Finalmente, Sr. Presidente, nós não podemos ser a favor de uma proposta de sistema que elimina os partidos políticos. Qual é a essência de um partido? O trabalho coletivo; não a personalidade, não a celebridade, mas o programa, o projeto político, as ideias, a ideologia de um partido político.

Por isso, o proporcional, com o fim das coligações, é o melhor sistema.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



Concedo a palavra ao Deputado Décio Lima.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que acolha como lido um registro que faço a respeito de acontecimentos ocorridos no meu Estado que chamaram a atenção do Brasil.

Quarenta cidades foram atingidas por atentados do crime organizado. Faço um apelo ao Governador, a fim de que tome providências com a devida inteligência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos divulgar o seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Santa Catarina enfrenta dias sombrios na segurança pública.

Em que pese o esforço dos nossos guerreiros profissionais da segurança, várias cidades do Estado foram alvo de organizações criminosas. Mais de 40 Municípios já foram atingidos na última semana e 4 policiais foram executados.

A exemplo do que ocorre nas grandes cidades, o Estado vive uma onda de violência que assusta a nossa população. A ação do crime organizado acontece em Santa Catarina e em todos os demais Estados do Brasil. Esperamos uma ação inteligente, para que não haja vítimas inocentes — nem civis nem militares.

A onda de criminalidade afeta cidades como Joinville, Itajaí, Florianópolis, Rio do Sul, São José, entre outras. Estudantes e trabalhadores foram alvos diretos, ônibus foram incendiados, mais de 50 ocorrências já foram registradas. Tudo isso está aterrorizando a população.



É preciso que a inteligência da Força Nacional esteja à disposição de Santa Catarina no combate ao crime organizado. Não adianta a segurança pública catarinense agir de forma isolada, porque o crime é organizado nacionalmente.

Sras. e Srs. Deputados, era o que eu tinha a dizer.

Sr. Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos prorrogar a sessão por mais 1 hora.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra, para falar pela Liderança do Governo, ao nobre Deputado Alceu Moreira, por 10 minutos, improrrogáveis.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ficamos o tempo inteiro chamando o que nós estamos discutindo de reforma política. Na verdade, o que estamos discutindo é reforma eleitoral. Reforma política trata da natureza do Estado, do exercício do Poder e do controle dele. Nós não estamos tratando de nada disso: nem da natureza do Estado, nem do exercício do Poder, nem do controle dele. Estamos tratando é do jeito de votar, e isso é reforma eleitoral.

No que se refere à reforma eleitoral, esta Casa tem condição de produzir uma proposta muito melhor do que a que nós temos hoje. Eu me lembro de que, quando cheguei aqui, depois de ter andado pelo País com a Deputada Erundina discutindo reforma política, lá pelas tantas, chegamos à conclusão de que o distrital misto, o modelo alemão, com alguma variação que pudesse ser adaptada à nossa realidade, era o sistema mais adequado.

Acontece que, no corredor da Comissão, após uma discussão que aprofunda o debate, com cientistas políticos, com pessoas que realmente têm uma contribuição de conhecimento teórico, bibliográficos ou processual, nós nos deparamos com companheiros que não sabem absolutamente nada, fazem uma pergunta absolutamente rasa e descabida e dizem que são contra o que eles não conhecem.

No fundo, no fundo, a pessoa, quando vai para casa, depois de discutir a reforma eleitoral, faz uma pergunta para ela mesma no espelho: *“Meu irmão, tu te*



elegestes neste sistema; será que, nesse outro que foi proposto, tu voltarás a te eleger?” E essa resposta acontece por si só!

Meu amigo Deputado Fogaça, neste momento, pela quantidade de partidos que nós temos e pela extrema dificuldade de extrair deste Parlamento qualquer raciocínio lógico de convergência, nós fizemos aqui o nosso mister político, optando pela divergência. Nós queremos nos consagrar por sermos diferentes, por sermos contrários. Nós não somos capazes de conjugar pensamentos contínuos. Nós ficamos discutindo a gota que caiu da concha do feijão saboroso na toalha, em vez de discutirmos todo o suco que há dentro dessa concha. Não é inteligente esse processo!

Nós do Rio Grande do Sul fomos os primeiros — não é, Deputado Fogaça? — a propor aqui uma Constituinte soberana, exclusiva e revisora. Por que soberana? Porque a Constituinte tem que estar acima da Suprema Corte, uma vez que esta também está sob a desconfiança da sociedade. Nós pedimos uma Constituinte revisora porque não podemos correr riscos em razão da amplitude, da vastidão de se reformar o todo. Nós pedimos uma Constituinte exclusiva por quê? Nós queríamos que a população elegeisse um conjunto de pessoas que não pudessem se candidatar na próxima eleição.

Nós fizemos isso por várias razões, mas uma é preponderante. Chegamos à seguinte conclusão, que é triste para nós: ao longo das últimas três décadas, o tecido político foi apodrecendo aos poucos — alguns, por serem coautores; outros, por serem partícipes; outros, por serem agentes passivos; outros, por condescendência. Mas todos, de uma forma ou de outra, foram permitindo que o



sistema político instalasse a supremacia do poder de compra no País, como se fosse algo absolutamente natural, como o vento e a chuva.

Não, ela não o é: o poder político estabelecido pelo poder de pagamento é uma anomalia, a tal ponto que alguém chega aqui e diz: *“Eu preciso de dinheiro para campanha”*. Pois eu quero me contrapor a isso: eu não preciso; basta que meu adversário também não tenha dinheiro. Se ele não tiver, eu não preciso de um centavo. Só preciso de dinheiro para poder concorrer com o meu adversário endinheirado; senão, escrevo o meu número num papel de pão e entrego para as pessoas. E está bom assim: basta que só haja papel de pão para todos.

Inventaram essa regra de cobrar o financiamento público, dizendo que a democracia tem preço. É claro que ela tem, mas só para a sua funcionalidade, para o exercício de construção da democracia, para que o cidadão tenha a condição de dizer, como partido, qual é a parte do pensamento nacional que ele defende. Mas dinheiro para a compra de votos não pode haver — absolutamente não! —, porque foi isso que apodreceu o tecido político da nossa sociedade.

Mas, em tendo ele apodrecido, chega-se à seguinte conclusão, que é uma autocrítica, uma crítica feita a nós mesmos: esta Casa, este Parlamento, não tem condições de fazer o dia amanhecer para uma democracia que tenha a confiança da sociedade.

Não está disponível, pelo grau de credibilidade que este Parlamento tem diante da sociedade, o direito de propor algo novo sem a desconfiança dela. Qualquer coisa que venhemos a propor nascerá sob a égide da desconfiança! E, pela exigência natural do contraponto, valendo-nos do contraditório para estabelecer



a nossa verdade, que consideramos superior a dos demais, nós mesmos trataríamos de destruir o pensamento do outro.

Logo, a alternativa é a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte soberana e revisora — não se esqueçam da palavra revisora, porque uma Constituinte ampla e irrestrita seria uma irresponsabilidade ante a situação em que está o País hoje. Uma Constituinte não soberana significaria permitir que o Supremo a modificasse logo depois de escrita. Uma Constituinte não exclusiva significaria eleger alguém comprometido com o sistema para fazer a Carta, alguém que se comprometeu com suas próprias necessidades do amanhã. Logo, ela tem que ser exclusiva, soberana e revisora. Somos absolutamente favoráveis a isso.

Qualquer que seja o processo que façamos aqui, todos eles serão parte da solução. Por exemplo, o fim da coligação proporcional é pouco? É, mas é um grande avanço. Não haverá aqui mais do que 10 ou 12 partidos, talvez só 8 ou 9. Até para discutir uma nova reforma eleitoral seria muito mais fácil conversar com esses Líderes. Então, vamos dar o passo que é possível.

De vez em quando, conversando com companheiros nos corredores do Congresso, eles me dizem: “*Eu gostaria de mais isto, mais isso e mais aquilo*”. Eu também gostaria, mas passar essa maioria aqui é impossível. Eu gostaria que as cláusulas de barreira fossem aprovadas, mas será que elas serão? Não sei. Esta Casa é composta e instituída pelos partidos e pelos Parlamentares que estão aqui, e respeitar a vontade deles em sua maioria, mesmo sem concordar com ela, é respeitar a democracia posta. Logo, eu tenho que aprovar o que é possível.

Portanto, não me daria por satisfeito, mas ficaria mais feliz do que estou hoje se, ao final deste processo, tivéssemos aprovado o fim da coligação proporcional e o



direito de os partidos que têm afinidade entre si se confederarem, formarem as confederações.

Essa é a compreensão cristalina que tenho do processo político. Precisamos dar um passo de cada vez, mas sem querermos ser os donos da verdade, sem querermos impor absolutamente nada.

Foi lá do Rio Grande do Sul, quando da reconstrução do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo — IDESP, do PMDB, que saiu a primeira proposta de uma Constituinte soberana, exclusiva e revisora. Com ela, esta Casa, todo o Parlamento, poderia permitir que a sociedade, com novos atores, fizesse raiar o dia da democracia, nesta noite interminável de confusão, de falta de ética na política, em que o poder de pagamento supera a todos e em que as discussões ideológicas têm certamente um único objetivo: o de estabelecer diferença sem mostrar o estado...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Celso Pansera, do PMDB do Rio de Janeiro. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado Edmar Arruda, do PSD do Paraná, pelo tempo improrrogável de 5 minutos.

O SR. EDMAR ARRUDA (PSD-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, é importante nós refletirmos sobre a necessidade de fazer essas alterações na lei eleitoral.

Eu penso que temos que avançar. Se nós não conseguirmos aprovar aquilo que entendemos como ideal pelo fato de os interesses nesta Casa, de cada partido, de cada agremiação, serem diferentes, nós poderemos buscar pontos em comum e avançarmos, buscando um sistema que mais represente a vontade do nosso povo brasileiro.

O fim das coligações muitas vezes é colocado como uma panaceia, algo que irá resolver todos os problemas. Eu não creio nisso, mas eu acredito que o fim das coligações irá fortalecer os partidos e obrigar os Parlamentares a trabalharem muito mais para terem bons candidatos dentro dos seus partidos e, com isso, elegerem um maior número de Deputados.

Então, sou absolutamente a favor do fim das coligações e, mais do que isso, já adianto que sou contra as subfederações. Não há necessidade delas. Se nós queremos avançar, temos que dar um passo e acabar com as coligações proporcionais, fazendo com que os partidos aqui na Casa de fato tenham representação.

Muitas vezes, os partidos menores, ditos históricos, reclamam do fim das coligações. Ora, se um partido não nem 1,5% dos votos nacionais, ele representa



quem? Esses partidos têm que acordar, definir qual é o seu posicionamento, qual é a sua linha ideológica, e conseguir uma maior representatividade junto à população brasileira.

O que nós estamos pedindo na cláusula de desempenho é apenas 1,5% dos votos da população brasileira, chegando-se, depois de três eleições, a 3% dos votos. Eu penso que é um número bastante factível para que um partido possa ter participação no fundo partidário, participação no tempo de televisão e, principalmente, representatividade dentro do Parlamento, dentro desta Casa.

O outro ponto que estamos discutindo tem a ver com a cláusula de desempenho, a qual é muito importante, porque nós precisamos que os partidos aqui tenham representatividade. Para isso, eles têm que ter voto. Não adianta nós termos um partido cuja ideologia não tenha ressonância junto à população, que não tenha ressonância junto ao povo brasileiro.

Nós precisamos que os partidos se identifiquem com a população. Na medida em que nós diminuirmos vertiginosamente o número de partidos com representação nesta Casa, o eleitor vai poder identificar qual agremiação ele quer, qual agremiação o representa, qual agremiação tem o pensamento igual ao dele.

Desse modo, Sr. Presidente, com certeza absoluta nós poderemos evoluir para o distrital misto, para a lista fechada. Aí, sim, o eleitor vai votar numa lista de candidatos que ideologicamente pensam de forma igual ou semelhante à dele, diferentemente do que ocorre hoje com algumas coligações proporcionais.

Não quero desmerecer nenhuma dessas agremiações, mas como pode haver uma coligação entre o Democratas e o PT, por exemplo? Nós temos visto coligações



difíceis de entender ideologicamente nas nossas bases eleitorais, e aí o eleitor não consegue separar o joio do trigo.

Então, nós precisamos, sim, da cláusula de desempenho, precisamos, sim, avançar no sentido de termos o voto distrital misto.

Volto a defender aqui que votemos o outro projeto que está em andamento nesta Casa e que aprovemos, pelo menos para 2022, o voto distrital misto, fazendo a transição para outro modelo, diferente do que temos hoje. Isso é perfeitamente possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Sou eu que agradeço, nobre Deputado.

Concedo a palavra ao penúltimo orador inscrito, o Deputado Padre João Carlos Siqueira, do PT de Minas Gerais, que dispõe do tempo improrrogável de 5 minutos.

O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Colegas Deputadas e Deputados, Sr. Presidente, dirijo-me ao povo brasileiro para discutir aqui a importância do partido político.

Na verdade, nos últimos anos, o poder econômico, aliado à grande mídia, tentou destruir os partidos políticos, plantando nas mentes e nos corações do povo brasileiro a ideia de que o partido significa divisão, que o partido é um problema para a sociedade, que o partido é um problema para a democracia! Foi plantada pelo poder econômico a semente da destruição do partido político, a ponto de algumas lideranças dizerem: *“Até discuto político, mas partido, não. A própria palavra ‘partido’ já significa divisão”*. Criaram um preconceito, rotularam o partido político.



E nós sabemos que, na democracia, o instrumento mais importante é o partido político. É ele que tem um programa que atende no âmbito dos Municípios, dos Estados e da União, um programa que dialoga, sim, com a política internacional, com a política econômica, com a política ambiental, com a política social.

Mas isso não interessa ao poder econômico e à grande mídia. Para eles — inclusive, eles conseguiram fazer isto aqui no Brasil —, o que interessa é criar blocos econômicos: o bloco da mineração, o bloco do ruralismo, o bloco da bala, o bloco pentecostal. Criaram blocos e dialogam com blocos, não com partidos. Esvaziaram o sentido da bancada. Então, o que estamos discutindo aqui?

Eu concordo com alguns companheiros dos partidos que de fato têm um programa, a exemplo do PCdoB, do PSOL. É verdade que estes têm um programa, mas quantos partidos foram criados como moeda de troca, moeda de negociação?

Aí, as alianças deixam de ser programáticas. As alianças são feitas com quem vai dar tempo de televisão, com quem vai dar algo que convém em âmbito local. Este é o grande problema: o partido não se representa.

E o pior é que há Lideranças partidárias aqui que estão negando o nome do partido: “*Vamos rever isso, vamos mudar o nome do nosso partido, tirando a palavra ‘partido’ e dando a ele um nome de uma única palavra*”. Isso é um equívoco. Em vez de promover a formação política, em vez de trabalhar a consciência da cidadania, estão ajudando o poder econômico e a grande mídia a negar o partido, a não enfrentar esse debate com a sociedade. Isso é um erro, é um grande equívoco!

Esta proposta de emenda à Constituição vem colaborar um pouco. É verdade que precisamos de algo mais estruturante, de algo mais importante, para nós



avançarmos na direção de uma verdadeira reforma política, mas essa PEC não deixa de ajudar um pouco.

E isso ainda é algo que prevalece a partir de 2020, e não a partir de 2018. Então, há tempo de nós fortalecermos os partidos programáticos, como o PSOL e o PCdoB. Quem sabe nós fazemos aqui a geringonça que fizeram lá em Portugal, unindo os partidos de esquerda? Podemos nos unir e ter um programa! Aí está a razão de se ter talvez uma frente! Então, nós teremos tempo. Nós vamos aprovar isso para vigorar a partir de 2020, e não 2018.

Então, é nesse sentido que eu faço um apelo aos companheiros e aos camaradas para que entendam este nosso posicionamento. Este é um debate em que nós não podemos ser omissos, porque o que se criou aqui foram moedas de negociação para se ter um fundo, para se perpetuar no poder. Há partido que está nas mãos de uma família, e a família faz o que bem entende, só usa as lideranças como escadinha para permanecer, perpetuar-se no poder!

Nós temos que avançar e exigir que de fato os partidos tenham um programa que seja válido nos âmbitos municipal, estadual e federal. Quando nós dissermos o nome do partido, é preciso que qualquer cidadão, do campo ou da cidade, saiba qual é o programa que esse partido defende nos campos da política econômica, ambiental, social e educacional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. VICENTE ARRUDA (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Vicente Arruda, na votação anterior, votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado Vicente Arruda.



O SR. WALDENOR PEREIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O Deputado Waldenor Pereira, nas votações anteriores, votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado João Daniel. (*Pausa.*) Ausente do plenário.

Concedo a palavra, pela Liderança do PCdoB, à nobre Deputada Alice Portugal, pelo tempo regimental de 4 minutos. (*Pausa.*)

O SR. ROBINSON ALMEIDA - Peço a palavra por 1 minuto, Sr. Presidente, para fazer uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não, Deputado.

O SR. ROBINSON ALMEIDA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero saudar a instituição Aprisco, do Município de Santo Antônio de Jesus, que no próximo dia 7 de setembro completa 11 anos de acolhimento, de recuperação e de ressocialização de dependentes químicos.

A instituição é dirigida pelo Pastor Reinaldo, um abnegado em relação aos direitos humanos, que trabalha com muito carinho para atender dependentes químicos não só de Santo Antônio de Jesus, mas de toda a região.

Mais uma vez, no dia 7 de setembro, estarei presente lá, apoiando essa iniciativa, de grande valor. Cerca de 100 pessoas são atendidas. A grande maioria delas são homens, mas também há mulheres. Eles desenvolvem atividades junto com seus familiares para poderem se reintegrar à sociedade.

Parabéns à Aprisco por mais 1 ano de trabalho em prol do povo santo-antoniense e de toda a região do Recôncavo.



*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário,
deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr.
André Fufuca, Presidente em exercício.*



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra, pela Liderança do PCdoB, à nobre Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente e Srs. Deputados, hoje estamos aqui reunidos com o objetivo fundamental de votarmos a PEC 282, oriunda do Senado e relatada pela Deputada Shéridan.

Essa PEC trata fundamentalmente de questões relacionadas com o sistema político brasileiro. Sem dúvida alguma, há uma maior atenção para a questão das coligações e da cláusula de barreira ou de desempenho.

A verdade é que o sistema político atual faliu, mas ele não faliu, Srs. Deputados, pela proporcionalidade: ele faliu porque o sistema econômico-financeiro se transformou no maior cabo eleitoral na história da República brasileira; ele faliu pela circunstância que hoje está nas páginas dos jornais do mundo, que é aquele conjunto de malas, caixotes e caixas cheias de dinheiro relacionado a políticos. Esse fato precisa ser investigado, precisa ser esclarecido aos olhos da população brasileira.

A proporcionalidade dos partidos políticos revela a média da opinião da população brasileira. Esses sistemas exóticos que estão sendo propostos aqui já foram avaliados e experimentados em vários países do mundo. Vejam só: os militares introduziram a forma autoritária para excluir as minorias e anular partidos em 1967. A cláusula de barreira de 10% e a proibição das coligações estiveram presentes na Constituição da ditadura militar. É importante ressaltar isso.

Já o voto distrital misto, que partidos de esquerda defendem, quase transformou a Esquerda em clandestina na Europa, distritalizou a opinião,



transformou as Assembleias Nacionais — no nosso caso, seria o Congresso Nacional — em Câmaras de Vereadores elevadas, porque tratariam apenas do problema do lugar em âmbito nacional, não da tradução da opinião acerca dos códigos de vivência nacionais.

Por pressão popular, na época da ditadura, o Congresso revogou aqueles dispositivos da cláusula de barreira de 10% e do fim das coligações. Houve a democratização em 1985. Agora, após a derrubada da Presidenta Dilma através de um golpe, ressurgiu essa mesma proposta — o distritão —, como se fosse a melhor saída.

O distritão acaba com os partidos, faz o desfile das vaidades e das individualidades. E, pior, o distritão com legenda diz e desdiz: cria uma regra decrescente de votação e subverte essa regra na mesma lei, na medida em que um menos votado superará um mais votado com o acréscimo do voto de legenda, em uma eleição que não será de partidos, será individualizada.

Então, o PCdoB defende com muita tranquilidade a manutenção do sistema proporcional. E dizemos ao povo brasileiro que é importante acabar com o financiamento privado. Nós não temos medo de discutir o financiamento público, não com aquele valor imoral, mas com a possibilidade de se adequar ao Orçamento, acabando com a doação que levava...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. ALICE PORTUGAL - Peço 1 minuto para finalizar, Sr. Presidente.

Nós também defendemos que haja uma cláusula de desempenho e que ela seja progressiva, conforme propôs a Deputada Shéridan no seu relatório. Portanto, estamos, sim, definindo algo importante.



E defendemos que as coligações se mantenham apenas nas eleições de 2018, que será daqui a 1 ano. Não se pode detonar a estrutura partidária brasileira de uma hora para a outra! Então, a partir de 2020, não haveria mais coligações.

Esse diálogo com a sociedade precisa ser realizado. Está-se propondo aqui votarmos de maneira entremeada as duas propostas da reforma política: hoje seria votada a estrutura global da PEC do Senado, relatada pela Deputada Shéridan, e terça-feira seria votado o sistema político, contanto que os acordos feitos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Conclua, Deputada.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Finalizo, Presidente, dizendo que o PCdoB votará dessa forma porque não estará isolado do Plenário, mas o partido gostaria de ver retirados os Destaques nºs 12 e 13, que ampliam, para 2,5% e 3%, a cláusula de barreira. Essa é a condição mínima para esse acordo ser firmado.

Espero que a palavra valha e que nós possamos, depois da votação do sistema, que tenho certeza de que não será aprovado, voltar à votação dos destaques da PEC da Deputada Shéridan.

Muito obrigada.



O SR. SILVIO COSTA (Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero tratar aqui de uma questão de justiça.

Neste lamaçal em que se transformou a delação da JBS, eu quero falar sobre o ex-Ministro e ex-Deputado José Eduardo Cardozo, grande advogado, grande constitucionalista. Os caras da JBS tentaram enquadrá-lo e disseram o seguinte:

“Com o José Eduardo não dá para fazer isso, porque ele é muito honesto”.

Parabéns, José Eduardo Cardozo!

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Declaro encerrada a discussão.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Sobre a mesa requerimento de adiamento da votação:

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 117, X, combinado com o artigo 193, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o adiamento da votação, por 05 sessões, da PEC nº 282/2016.

Sala das Sessões, 04 de setembro de 2017.

Deputado Glauber Braga

Líder do PSOL



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Para falar a favor, com a palavra o Deputado Chico Alencar. *(Pausa.)*

O SR. CHICO LOPES - V.Exa. não quis dizer Chico Lopes?

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Aqui está escrito Chico Alencar.

O SR. CHICO LOPES - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Foi S.Exa. que escreveu? *(Pausa.)*

O SR. CHICO LOPES - Tudo bem, pode continuar. Chame o Deputado Chico Alencar.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Chico Alencar, para falar a favor. *(Pausa.)*

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, vamos começar a votar a PEC! Daqui a pouco começa o jogo do Brasil. Vamos votar esta PEC hoje, Sr. Presidente, para proibir a coligação para 2020.

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, depois da inscrição do Deputado Chico Alencar está a da Deputada Luiza Erundina?

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Não. Depois está a do Deputado Ivan Valente.

O SR. GLAUBER BRAGA - E depois?

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Só os dois estão inscritos. *(Pausa.)*

O SR. GLAUBER BRAGA - O Deputado Ivan Valente abre mão de sua inscrição para a Deputada Luiza Erundina.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Francischini votou com o partido na última votação nominal.



A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, enquanto a Deputada sobe à tribuna, eu quero dizer que a bancada do Rio de Janeiro estava agora com o Presidente Rodrigo Maia, na cerimônia de assinatura do nosso acordo de recuperação fiscal. Foi uma cerimônia muito emocionante, com a presença de vários líderes e Deputados de outros Estados e de vários Deputados Estaduais.

Queria apenas fazer esse registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Solicito a todos os Deputados que estão fora da Casa que venham para esta Casa. Nós iremos votar a PEC 282 daqui a alguns instantes.

Deputados que estão em seus gabinetes ou fora da Casa, venham para o plenário.

O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, convido os Deputados do PRB para se fazerem presentes aqui, principalmente o Deputado Vinicius Carvalho, para termos uma conversa sobre o texto principal. Há uma preocupação na bancada sobre o texto principal, porque há uma inquietação em relação aos destaques.

Vamos colocar 308 votos, pelo fim das coligações. Então, precisamos conversar.

Já está aqui o Deputado Vinicius.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra a Deputada Luiza Erundina.



A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, internautas que nos acompanham, telespectadores, é frustrante. Depois de quase 20 anos de discussões nesta Casa, nas sucessivas legislaturas, em torno de uma proposta de reforma política que fosse de fato uma reforma do sistema político como um todo, é lamentável o resultado desta última tentativa, nesses últimos meses.

Resultou em quê? Não me digam, não anunciem, não prometam à sociedade que sairemos desta votação e de outras que vierem nas próximas semanas atendendo a um anseio, a uma necessidade real, a uma demanda de décadas, que seria a do aperfeiçoamento do sistema político-eleitoral e partidário em nosso País. Mudanças pontuais, num aspecto ou outro de um sistema, contribuem não para aperfeiçoar esse sistema, mas para distorcê-lo, porque as partes de um sistema devem guardar entre si uma lógica, uma harmonia, o equilíbrio, para preservar a unidade, no caso, o sistema político.

É verdade que o atual sistema político do País é resultado de remendos atrás de remendos. Um ano antes de cada eleição, esta Casa gesta um projeto de lei, pretensamente de reforma eleitoral, e muda uma ou outra regra, sempre no sentido de distorcer a lógica, a harmonia e o equilíbrio que devem existir em qualquer sistema, Sr. Presidente.

Para promover a reforma de determinado sistema político, é preciso se inspirar numa intencionalidade, num conceito, numa razão de ser. Lamentavelmente, em nenhum momento das discussões, nas Comissões Especiais das quais temos participado ativamente, essas questões foram colocadas: Para que a reforma? Para que mudar essa ou aquela regra eleitoral?



Portanto, Sr. Presidente, nós estamos a promover mais uma frustração, mais um engodo, ao dizermos para a sociedade que estamos aqui a fazer uma reforma política.

Por exemplo, se nós queremos aperfeiçoar o sistema democrático representativo, não podemos deixar de introduzir nesta reforma os elementos que compõem a outra dimensão da democracia, que é a democracia direta, a democracia participativa, que, por sinal, já consta do art. 14 da Constituição de 1988 — até hoje esse artigo não foi devidamente regulamentado. Conseqüentemente, não se exercita no Brasil a democracia direta, a democracia participativa. Uma das razões pelas quais a democracia representativa está em crise em nosso País é o não exercício da outra dimensão da democracia, sem o que não se pode falar que o Brasil tem uma verdadeira democracia. Uma verdadeira democracia supõe a representação e o exercício direto do poder no País, conforme prevê o art. 1º, parágrafo único, da Constituição soberana e cidadã de 1988.

Portanto, somos contra esta reforma política, porque são pedaços e remendos de um sistema que só servem para distorcer e esgarçar mais uma vez o nosso sistema político-partidário e eleitoral. O que se está fazendo aqui são remendos, remendos pretensamente novos num sistema esgarçado. E um remendo novo num sistema esgarçado não fará outra coisa senão esgarçar ainda mais esse sistema.

Mais uma vez, Sr. Presidente, ficamos a dever à sociedade, ao nosso País, uma verdadeira, completa e harmoniosa reforma política. Lamentavelmente, esses remendos que estão sendo feitos aqui não respondem de maneira nenhuma, em



nenhum sentido, em nenhum limite, à expectativa que foi gerada na sociedade a partir das Comissões Especiais que funcionaram no curso dos últimos meses.

O PSOL não concorda com essas reformas, o PSOL vai continuar lutando por uma autêntica reforma política no País.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Celso Pansera.

O SR. CELSO PANSERA (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, nós percebemos que há um grupo de Parlamentares ou de organizações políticas que, ao perder no plenário, recorre sempre ao Supremo Tribunal Federal. Tem dificuldade de aceitar a derrota aqui em plenário.

Por que eu digo isso? Porque nós temos a obrigação de votar alguma coisa em relação à reforma política. Não dá para não avançar, não votar nada, e, na semana que vem, ouvir o Supremo Tribunal Federal, atendendo a pedido da organização A ou B, dizer com quais regras vamos fazer as eleições no ano que vem. Temos que ser capazes de elaborar as nossas regras. Esse é o nosso papel. Essa é a nossa obrigação.

Quando nós conseguimos construir um acordo de maioria — não é de consenso —, que não é o ideal, mas que pode caminhar para uma maioria, é importante que este Plenário referende esse acordo, ainda que não seja a reforma dos sonhos de todas as pessoas. São 513 ideias diferentes de reforma política aqui no plenário. Quando conseguimos encaminhar alguns pontos, para que tenhamos uma maioria e aí estabeleçamos critérios para as eleições, é importante referendar isso.



A PEC 282, que não é aquela que eu defendo, que não tem os pontos que eu defendo, consegue avançar em algumas coisas. Por exemplo, a cláusula de barreira. A cláusula de barreira é importante, mas não para os bons partidos, aqueles que se organizam, que são programáticos, que têm atividade histórica, que participam do que acontece nas ruas, que apresentam, polemizam e têm ideias sólidas sobre aquilo que defendem, mas exatamente para aqueles partidos que não têm nada disso, que são um amontoado de interesses escusos e que usam os direitos que a política lhes dá, como o Fundo Partidário e tempo de televisão, para estragar a política, para estragar a boa política. Os pequenos partidos, com certeza, terão o direito à federação partidária.

Outro ponto muito importante, que estabelece um conjunto de passos, mas sobre o qual precisamos avançar, é o do fim das coligações. Está claro que as coligações não servem para estabelecer acordos programáticos. Ao longo do tempo, todos nós vimos que as coligações sempre serviram para estabelecer chapas que elessem um ou dois donos de pequenos partidos estaduais. O sujeito tem um partido, dirige aquele pequeno partido e organiza uma chapa para se eleger. Quando ele percebe que não terá votos suficientes para se eleger sozinho, organiza uma coligação, atinge o coeficiente e se elege a partir dessa coligação. Por quê? Porque não aceita, muitas vezes, as regras para participar de um grande partido que tenha estatuto sólido, que tenha questão programática sólida, que tenha centralidade na política, porque não consegue conviver com isso.

É importante que as lideranças partidárias, particularmente aquelas que adquirem, que conquistam o mandato, centralizem-se nas atividades partidárias ou,



no mínimo, acostumem-se a debater as centralidades programáticas do seu partido e a trabalhar dentro desse eixo programático.

Então, o fim das coligações — e depois vamos discutir se é em 2018, se é em 2020; mas é importante que avance, que tenhamos uma perspectiva — precisa ser decidido neste plenário e, depois, no Senado. Não podemos jogar mais essa tarefa para o Supremo, a fim de que ele novamente tome a decisão, aquela que porventura nós não conseguirmos tomar.

Vamos votar “não” ao requerimento, para que consigamos votar hoje a PEC 282 e, depois, analisar seus destaques e, na semana que vem, continuar a fazer a reforma política de que o Brasil precisa.

O SR. FLAVIANO MELO (PMDB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, o Deputado Flaviano Melo votou com o PMDB.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Orientação de bancadas.

Como vota o PMDB?

O SR. PEDRO PAULO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há um esforço da grande maioria dos Líderes para construir um acordo, para que possamos votar hoje a PEC, ressalvados os destaques, e, na semana que vem, possamos votar, item a item, o sistema político, o sistema de financiamento e o prazo das coligações. Mas é importante a construção desse acordo. Por isso, nós temos que enfrentar esse *kit* obstrução.

O PMDB vota “não”, para que possamos dar hoje um passo significativo e avançar na reforma política deste País.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PT?



O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, nós somos contra o adiamento da votação.

Houve, por conta de uma reunião com vários partidos, um acordo de procedimentos para esta votação, acordo que prevê que hoje votemos o texto principal da PEC 282, ressalvados os destaques; que na próxima terça-feira passemos à votação da PEC 77, conforme requerimento aprovado em sessão anterior; e que depois voltemos à PEC 282, para votar os destaques, inclusive com o encaminhamento favorável de vários partidos à retomada do texto original que veio do Senado, no que concerne às coligações, ou seja, favorável ao destaque do PPS, que propõe o fim das coligações a partir de 2020. Temos, dessa forma, um acordo nesta Casa sobre a votação.

Evidentemente, o voto de cada Deputada e de cada Deputado será respeitado, mas o procedimento que combinamos com vários partidos é esse, para que possamos chegar a bom termo na reforma política, que é tão necessária e tão importante.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PP?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, referendando o que disse aqui o Líder Carlos Zarattini, tivemos uma reunião, se não com a totalidade, pelo menos com a maioria dos Líderes desta Casa e acertamos justamente isso. Fizemos um acordo de procedimentos, para que, na tarde de hoje, votemos o texto principal da PEC 282, relatada pela Deputada Shéridan, sem os destaques. É necessário que deixemos isto claro: sem os destaques. Na próxima semana, votaríamos a PEC do Deputado



Vicente Candido. Se aprovada, votaríamos o segundo turno. Senão, retornaríamos ao destaque do PPS, com o apoio do PP, para aprová-lo na próxima semana.

Fui informado há pouco que o PPS não quer retirar o destaque de hoje. Se ele não retirar, Deputado Zarattini, eu faço uma sugestão: de que entremos com requerimento de retirada de pauta do destaque do PPS de hoje, para votá-lo na próxima semana, mantendo o acordo de procedimentos firmado entre todos os Líderes, Sr. Presidente.

O encaminhamento é “não”, para toda a base, se for o caso, ou que cada Líder se posicione.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PSDB?

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, houve o acordo de procedimentos, tomando como referência o que foi dito aqui pelo Líder Carlos Zarattini e pelo Arthur Lira, para votarmos hoje exclusivamente o mérito, o texto principal, o substitutivo da PEC 282.

Considerando esse acordo e a necessidade que nós temos de avançar na discussão da reforma política nesta Casa, uma vez que esse tema não pode mais ser postergado, eu faço apelo para que se mantenha o acordo que foi feito pouquíssimo tempo atrás pelos Líderes, o de votarmos hoje, na tarde de hoje, pelo menos o texto, o substitutivo da Comissão, o texto da PEC 282. Os destaques não serão votados agora e ficariam, no máximo, para a semana seguinte, em seguida ao início das votações do sistema eleitoral.

Então, faço este apelo.

O PSDB encaminha “não”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PR?



O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR é um partido que gosta de cumprir acordos. O nosso Líder José Rocha fez o acordo, e o PR, sendo um partido coeso, vai seguir a Liderança do Deputado José Rocha, vai votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PSD?

O SR. MARCOS MONTES (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente, depois de várias reuniões de que nós participamos, felizmente, inicia-se um momento de lucidez.

Esta Casa precisa avançar na reforma política. O texto principal desta PEC que está sendo relatada pela Deputada Shéridan será aprovado hoje, e nós discutiremos o avanço da reforma política na próxima semana.

Parabéns ao Deputado Carlos Zarattini, que, sem dúvida alguma, conseguiu sensibilizar os Deputados para avançarmos neste acordo.

Parabéns a todos!

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM?

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O DEM vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o Bloco PTB? *(Pausa.)*

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, embora eu não acredite que teremos condições de votar favoravelmente ao texto hoje, votar outras cláusulas relacionadas à reforma política na terça-feira e, eventualmente, condicionar o exame de um destaque desta matéria, que ficará a *posteriori*, nós vamos votar a favor.



Eu, em particular, sou a favor da proibição de coligações a partir de 2018, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PTB? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PHS vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PRB, Deputado Cleber Verde?

O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB participou da reunião de Líderes. Houve entendimento com todos os Líderes dos partidos que estavam presentes a esta reunião para que votássemos na tarde de hoje o texto principal, ressaltando os destaques para terça-feira, quando, através de procedimentos, voltaremos à PEC de relatoria do Deputado Vicente Candido. Uma vez apreciado o distritão, voltaríamos, portanto, ao destaque do PPS.

O PRB, entendendo que este é o compromisso e o acordo assumidos pelos partidos que ali estavam, vai encaminhar o voto “não”, para que possamos votar o texto principal na tarde de hoje, ressaltados os destaques, mas buscando o compromisso de todos os partidos que ali estavam presentes para que, na terça-feira, façamos a votação, a começar pelo distritão. Uma vez derrotado o distritão, que entendemos ser talvez este o encaminhamento, há o entendimento dos partidos de que...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. MARCO ANTÔNIO CABRAL (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Marco Antônio Cabral votou com o partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Complete, Deputado.

O SR. CLEBER VERDE - Nós esperamos que seja cumprido de fato o entendimento a que chegamos na reunião, Sr. Presidente.

O PRB busca este entendimento para a votação na tarde de hoje, votando o texto principal, ressaltando, repito, os destaques, mas no entendimento feito com os partidos, especialmente com o PP.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB vota “não”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - O PTB vota “não”.

O SR. CLEBER VERDE - O Deputado Arthur Lira assumiu o compromisso de que nós, diante da sua palavra e do seu compromisso, vamos votar o texto principal hoje, ressaltando os destaques, com base no entendimento feito com todos os Líderes dos partidos na reunião anterior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o Podemos?

O SR. BACELAR (PODE-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Podemos vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o Solidariedade?

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade vota “não, acompanhando o acordo que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PCdoB? (*Pausa.*)



O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O PSB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - O PSB vota “não”.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, houve um acordo. O PCdoB participou da discussão. Nós estamos votando para não adiar, confiando plenamente no que foi avalizado pelos Srs. Líderes, que hoje se vota o texto principal, se começa na terça-feira com o sistema e, logo a seguir, os destaques desta PEC 282. Isso coloca em movimento a reforma política.

No entanto, nós esperamos que não haja nenhuma intempérie no percurso. Por isso, confiante na reunião de Líderes, o PCdoB, como bancada, votará “não”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PSC?

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC vai encaminhar o voto “não”, mas deixa registrado que, para a Nação, não deixa de ser esquisito iniciar uma votação votando o principal e depois, numa próxima sessão, não dar continuidade e iniciar imediatamente a votação de outra matéria, cuja correlação é distante desta. O PSC, mesmo assim, vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PPS?

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PPS vai votar “não” a este requerimento, acreditando que iremos efetivamente cumprir neste plenário o acordo feito para que votemos o mérito da PEC 282, ressalvados os destaques, em especial o destaque do PPS.

Obrigada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PHS?

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
“Não”, Sr. Presidente. Vamos acabar com esse chove, não molha!

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PV?

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PV
vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PSOL, que não participou do acordo, respeita esta negociação, mas faz questão
de, ao dar o “sim”, lembrar que nossa função com estes dois singelos requerimentos
é instigar o bom debate, para não iludir a população.

Nós, neste momento, na condição de minoria da minoria, sabemos que
estamos em sintonia com a maioria da população brasileira, que, tal qual os
tropeiros de Guimarães Rosa, em relação ao próprio destino, olha de banda para
esta Câmara dos Deputados e para aquilo a que chamamos, indevidamente, de
reforma política, com desconfiança.

Este acordo é inusitado. Vota-se uma matéria, param os destaques, vota-se
outra, depois entra de novo, ou seja, o processo é muito equivocado e não atende
ao anseio popular de uma reforma política profunda, com campanhas sem o padrão
milionário que se quer repetir. Isso dá em *bunker* de dinheiro, em todo tipo de crime
que vemos evidenciado no Brasil de hoje.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota a REDE?

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A
REDE deseja que haja inspiração do Procurador-Geral da República e dos Ministros



do Supremo para revogarem esta colaboração de Joesley Batista, para declararem extinto o acordo feito com ele, para decretarem a prisão preventiva dele, para tornarem indisponíveis todos os bens dele, para recolherem o dinheiro aos cofres públicos, dinheiro roubado dos cidadãos brasileiros.

Esta prática brasileira da impunidade para certos tipos de personalidade vem de métodos arcaicos da aferição política da vontade popular. A reforma é necessária. Não concordo com este projeto que veio do Senado, mas está na hora de tocar, de examinar e de votar.

Portanto, voto “não” ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o PEN?

O SR. WALNEY ROCHA (PEN-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta reforma se faz necessária. Há um apelo hoje da sociedade. É claro que vamos votar “não”, mas vamos discutir melhor a questão dos destaques. O PEN é contrário a alguns posicionamentos feitos.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota a Minoria?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o acordo que foi produzido é necessário. É o único caminho possível para aqueles que verdadeiramente defendem a reforma político-eleitoral no País. É o único caminho possível para se votar alguma coisa. É claro que nem tudo aquilo que cada partido individualmente defende será aprovado!

No entanto, a votação desta PEC representa um grande avanço, porque trata da cláusula de desempenho, da chamada cláusula de barreira. Ela trata da questão das coligações; portanto, é um acordo possível. Qualquer adiamento significa não votar nada, significa apostar no “quanto pior, melhor”, e não é o caso nesta matéria.



Esta aqui não é uma matéria de interesse do Governo e da Oposição — é do interesse do País.

Portanto, sem discutir mérito de nada, vamos entrar no mérito. Por isso, a Minoria vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

Como vota o PSB?

O SR. RODRIGO MARTINS (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Fufuca, o PSB participou com os demais partidos de uma reunião. Nós também queremos externar nosso compromisso e nosso entendimento para que cumpramos o que foi acordado, logicamente respeitando os partidos que não fizeram parte deste acordo.

Quero dizer, no entanto, que o PSB concorda com todos os encaminhamentos necessários. Nós vamos votar “não” a esta PEC. Entendemos que o correto é votarmos hoje, ressalvados os destaques. Também votaremos na terça-feira — concordamos com isso — a PEC 77 e, se possível, logo em seguida, retomamos a votação dos destaques à PEC 282.

Em nome da Liderança do PSB, quero externar nosso compromisso em cumprir este acordo.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o Governo? *(Pausa.)*

A SRA. BRUNA FURLAN (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Bruna Furlan votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Como vota o Governo? *(Pausa.)*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 244.3.55.O
Data: 05/09/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Aqueles que forem pela aprovação do requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO.



O SR. SERGIO SOUZA (PMDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Sergio Souza votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, eu quero sugerir, se os demais Líderes inscritos concordarem, que avancemos no horário, já que se trata da votação de uma PEC, até porque consta que haverá sessão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Só faltam 13 minutos para acabar a sessão.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Faltam 13 minutos? Então, vou usar o meu tempo de Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Está bem, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Guimarães, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nestes 9 minutos, gostaria de retratar a esta Casa o esforço feito nas últimas horas para votarmos senão o ideal em relação à reforma político-eleitoral, mas o que for possível, preservando, é claro — quero me dirigir ao PSOL e aos demais partidos menores —, as posições políticas de cada partido.

Não se fez acordo sobre o mérito, por exemplo, do sistema eleitoral. São posições bastante antagônicas, e elas vão se explicitar na próxima terça-feira. Ainda não construímos o acordo ideal quanto ao financiamento público, mas estamos caminhando para isso.

Nós estamos discutindo e vamos continuar discutindo até terça-feira. As coisas vão evoluir, e eu aposto que na terça-feira vamos produzir outro acordo para enfrentarmos dois outros grandes problemas: a questão do sistema eleitoral e a questão do financiamento de campanha.

Por que foi feito este acordo hoje? Porque ele é o melhor. Não é verdade que esta PEC não muda nada: ela muda muita coisa. Esta PEC, relatada pela Deputada Shéridan, do PSDB, trata de duas questões centrais.

É ou não é fundamental estabelecermos limites na chamada cláusula de desempenho? Isso é ou não é importante, diante desta proliferação de partidos que, muitas vezes, não expressam ideias, não expressam nada e, muitas vezes, com direito ao fundo partidário ou coisas que o valham, sobretudo aqueles partidos que não têm nenhuma carta programática, que não têm nenhuma identidade ideológica e



nenhum programa partidário? É ou não é importantes estabelecermos limites para que esses partidos tenham acesso aos benefícios produzidos pelo fundo partidário e pelo tempo de televisão?

Quantas críticas nós já ouvimos aqui sobre isto, que é importante os partidos terem identidade e ideologia e expressarem ideias na disputa eleitoral? Isso é muito importante, Deputada Shéridan! Não é uma questão menor da reforma político-eleitoral, não!

Eu situaria esta questão entre aqueles itens decisivos na reforma político-eleitoral, como a cláusula de desempenho, conhecida como cláusula de barreira.

Para o partido ter todos os benefícios, ele precisa ter, pelo menos, 1% dos votos nominais nacionais, Deputado Orlando, e 1,5% distribuído em 9 Estados. Não é, Deputada Shéridan?

Eu considero este item da PEC de V.Exa., vinda do Senado Federal, muito importante. Avança muito, reforma muito, não é uma medida cosmética. É estratégica para reformar o sistema político-partidário brasileiro. Não acho, portanto, uma questão menor.

O fim das coligações é um processo. Não pode, portanto, se dar de forma abrupta, tampouco pode ser algo *ad aeternum*, sem mudar nada. Nós temos que fazer um processo progressivo. Isso foi negociado, lá atrás, com os partidos. Qual é o sentido progressivo disso? É que nós marcharemos para 2018 com a coligação e, a partir de 2020, vai se alterando, porque o sistema tem que ser progressivo, e acumulando o que é fundamental para preservar os partidos que expressam ideias e programas.



O fim das coligações, igualmente, não é uma questão menor, desde que se preservem os acordos que temos feito aqui. Se não fizermos acordos em relação a esta matéria, não votamos nada — todo mundo sabe. Eu sou defensor da lista, Relatora e Deputada Shéridan.

Desde moço, eu militei no partido político, no movimento estudantil e nos movimentos sociais. Na minha concepção, não existe democracia forte sem partidos fortes. É claro que todos os partidos estão enfrentando uma crise sem precedentes. Alguns estão se recuperando, outros, não. Mas é importante dizer ao povo brasileiro que a existência de partidos programáticos, com ideias e com identidade programática fortalece, sim, a democracia.

Esta ideia de que partido não vale nada representa a despolitização da política. Quando chega a eleição, ninguém quer saber de programa, ninguém quer saber de nada. Por isso, acontece o que aconteceu no chamado presidencialismo de coalizão.

Há outro item importante na PEC: o fim das coligações.

Nós negociamos para na terça-feira enfrentarmos o debate do mérito. Eu não tenho medo de defender o financiamento público de campanha! Eu não tenho medo! As pessoas dizem: *“Ah, o senso comum não quer!”* Eu sei que não quer porque, afinal de contas, o Brasil está enfrentando uma crise sem precedentes. Não fomos nós os responsáveis pelo agravamento desta crise.

O dinheiro que falta às escolas, à educação, às obras hídricas não é por conta do financiamento de campanha. Eu não quero financiamento de campanha para voltar ao modelo empresarial, uma fonte inesgotável de corrupção e de



financiamento das campanhas. Temos que iniciar um processo de diálogo dentro desta Casa, buscando o que for melhor para a democracia.

Estou convencido de que este é o melhor caminho. No diálogo que tivemos com os partidos, houve um esforço, nós conversamos bastante. O Líder Glauber Braga, do PSOL, sabe disso. Hoje, durante todo o dia, respeitamos evidentemente a opinião do PSOL.

É importante dizer também que o financiamento público é uma questão definida pela Esquerda mundial, pela Esquerda brasileira, independentemente de ser do PT, do PCdoB, do PSOL, do PSB ou da REDE. Trata-se de uma questão de princípio para nós.

Nós somos contra o financiamento empresarial. Por que não adotar o sistema de financiamento público? Vamos discutir este assunto na terça-feira.

O que é importante, Sr. Presidente, é o acordo produzido.

Os Líderes estão de parabéns! Quase todos participaram da reunião, e nós produzimos um caminho e podemos chegar, na terça-feira, Líder Afonso Florence, ao entendimento, preservando as posições de cada Deputado e de cada partido.

Vamos avançar! Ninguém faz nada nesta Casa senão por meio do diálogo. Esta não é uma matéria do Governo ou da Oposição. É uma matéria que interessa ao País, a democracia. Portanto, o diálogo que fizemos é importante para preservar as estruturas, principalmente se elas forem renovadas.

O Deputado Arthur Lira tem razão. Lá na frente, na terça-feira, nós vamos debater o distritão e fazer o debate do mérito. Quem tiver voto leva, quem tiver voto ganha. O que não podemos fazer é cruzar os braços sob o manto da ingovernabilidade aqui dentro e não votarmos nada.



Eu acho que nós produzimos hoje um caminho. Dará certo? Eu sempre sou otimista em relação à política. É bem possível que de hoje para terça-feira nós evoluamos para tocar naqueles gargalos fundamentalmente estratégicos para fazermos a reforma do sistema político-eleitoral brasileiro. Com este caminho poderemos chegar, na terça-feira, a um grande acordo.

É claro que o que for divergente tem que ir a voto. É assim que funciona o Parlamento brasileiro. Não pode ser diferente.

Nós estamos maduros para votar. Os partidos já discutiram bastante. Preservando a identidade de cada um, há que se produzir o melhor acordo, o acordo que fortaleça a democracia e as ideias, que estabeleça tetos, que moralize os financiamentos. Não é financiamento para acobertar nada; muito pelo contrário, tem que proibir muita coisa, tem que estabelecer muitas coisas neste financiamento que vamos discutir na terça-feira, porque o espírito que prevaleceu no acordo de hoje representa um caminho para o entendimento.

Quero dizer que estou confiante em que na terça-feira nós vamos produzir um grande acordo para estabelecer, com regras, com critérios, com transparência, com limitação dos tetos, com o rebaixamento dos tetos, com a limitação dos autofinanciamentos, um acordo que possa preservar e restaurar a dignidade da política brasileira, coisa que não alcançaremos com esse financiamento empresarial.

Finalizando, eu não sei se alguém ainda tem a coragem de defender que o melhor caminho é o financiamento empresarial. O modelo faliu. Para resgatarmos a política, temos que reformar. As reformas são necessárias para fortalecer a democracia e a nossa relação, Deputados que somos, com a sociedade brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.



O SR. AUGUSTO CARVALHO (SD-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O Deputado Augusto Carvalho votou com o partido, Sr. Presidente.



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ANTONIO BULHÕES (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste pronunciamento, desejo tratar de assunto que, pela seriedade, ainda causa polêmica em algumas instâncias da sociedade.

Questão de saúde pública, a vacinação de adolescentes contra o Papiloma Vírus Humano, o HPV, permanece envolta em preconceitos e má informação.

Dois subtipos do HPV são responsáveis por cerca de 70% dos casos de câncer do colo do útero — a segunda causa da morte por câncer entre mulheres — em todo o mundo! Apenas esse indicador é suficiente para derrubar qualquer resistência à vacinação!

As formas de contrair o vírus são as relações sexuais, o contato direto com peles ou mucosas infectadas e o momento do parto. E ele está presente também em outros tipos oncológicos, como câncer de vulva, vagina, ânus, pênis e orofaringe, sem mencionar as verrugas genitais, conhecidas como condiloma acuminado.

Segundo o Ministério da Saúde (MS), a vacinação é suficientemente eficaz contra quatro subtipos do HPV, atingindo 98,8% de proteção. A chamada vacina quadrivalente é oferecida gratuitamente nos postos de saúde em todo o Brasil.

O público-alvo são as meninas entre 9 e 15 anos de idade e, mais recentemente, ampliou-se a faixa etária dos meninos para aqueles entre 11 e 15 anos no calendário de cobertura vacinal, como mecanismo indireto de proteção do gênero feminino.

Com a mudança, adotada no início deste ano, espera-se o atingimento da



meta de vacinação de 80% dos 7,1 milhões de meninos e 4,3 milhões de meninas em todo o Brasil.

Sabendo-se que a resposta imunológica se revela mais expressiva quando a vacina é aplicada até os 15 anos de idade, resta cristalina a importância de envolver toda a sociedade, governos e famílias, no maciço esforço de vacinar garotas e garotos.

Para isso, faz-se necessário derrubar pelo menos dois mitos que se têm interposto às campanhas anti-HPV. O primeiro, o exagero e, quem sabe, má-fé na divulgação dos efeitos colaterais da vacina; o segundo, a “denúncia” de que se está estimulando o precoce início da vida sexual.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, tais argumentos não resistem ao mais elementar teste. Relatos médicos apontam que o principal efeito colateral da vacina é a dor no local da aplicação, algo bastante óbvio. Pode haver alguma febre e mal-estar nos primeiros dias após o procedimento, mas a ocorrência de desmaios, quando há, estão realmente associados à ansiedade e ao medo de agulha.

Quanto ao dito estímulo à precocidade na vida sexual, seria bastante ingênuo ignorar que esse período da vida vem se iniciando cada vez mais cedo, independentemente de quaisquer campanhas de vacinação.

Além disso, a vacina contra o HPV não substitui o uso de preservativo para evitar Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) ou gravidez; tampouco descarta a necessidade da realização de exames ginecológicos preventivos, lembrando que restam alguns tipos de HPV sem cobertura vacinal.

Nobres colegas, a administração das duas doses da vacina contra o HPV, com intervalo de 6 meses, é método suficiente para proteger nossos adolescentes



do risco de desenvolver câncer. Acredito que isso é razão mais que suficiente para apoiar os esforços do Ministério da Saúde — ecoando as iniciativas da Organização Mundial de Saúde (OMS) — no sentido de disseminar o programa brasileiro, público, de imunização.

Famílias, que todos os adolescentes sejam por vocês conduzidos a clínicas e postos de saúde, a fim de abraçar a proteção, o cuidado e a saúde plena, enfim, a vida.

Muito obrigado!



O SR. MARCIO ALVINO (PR-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande satisfação que parabenizamos a cidade de Mogi das Cruzes, que completou na última sexta-feira, dia 1º de setembro, 457 anos de história e de contribuição para o desenvolvimento do nosso Estado de São Paulo.

Apresentamos os nossos parabéns, na pessoa do Vereador e Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social Rinaldo Sadao Sakai; dos Vereadores Clodoaldo de Moraes, Farofa, Emerson Rong, Dr. Péricles, Protássio Nogueira e Mauro Araújo; do Presidente do PR e Deputado Estadual Marcos Roberto Damásio da Silva; dos ex-Vereadores Odete Rodrigues Alves Sousa, Vera Lucia Nogueira Rainho Prado e Bibó; do Mauro do Salão; do Pablo dos Reis Monteiro Garcia; e de Osvaldo do Mercado Real, a todos os moradores dessa cidade pela qual guardo um grande carinho.

Tenho gratidão pela população de Mogi das Cruzes, pelos votos obtidos na cidade e pela confiança depositada. Por isso, com o objetivo de honrar o compromisso que assumi com todos os mogianos, estou sempre dedicado a trabalhar nos Ministérios e em outros órgãos federais na busca de alternativas para solucionar os problemas da cidade.

Por meio de minhas emendas orçamentárias, já destinei mais de R\$ 2,5 milhões em recursos para a cidade, sendo R\$ 1,192 milhão para a Santa Casa; R\$ 200 mil para a APAE; R\$ 900 mil para a infraestrutura do Bairro Chácara Guanabara; e R\$ 260 mil para a infraestrutura turística em Sabaúna, valor esse que será destinado para a reforma da estrutura ferroviária do local, o que possibilitará o resgate desse importante patrimônio do Município, graças também ao apoio da



Frente Parlamentar de Preservação da Memória e do Patrimônio Ferroviário, da qual sou Presidente e idealizador.

Mais do que parabenizar Mogi das Cruzes pelo seu aniversário, gostaria de reforçar, nessa data especial, que o Deputado Estadual André do Prado e eu continuaremos trabalhando pelo Município, levando recursos, investimentos e políticas que façam a diferença.

Os nossos gabinetes e os nossos escritórios sediados no Município estão à disposição da população.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, pouco mais de 1 mês depois de esta Casa barrar a denúncia por corrupção passiva, o Presidente Michel Temer pode se ver novamente às voltas com acusações da Procuradoria-Geral da República. Há no meio político a expectativa de que o Procurador-Geral, Rodrigo Janot, apresente nos próximos dias nova denúncia contra o Presidente. Seria baseada, assim como a primeira, em fatos narrados nas delações de executivos da J&F, dona da JBS.

E o que isso pode provocar na esfera política brasileira é algo que foge ao entendimento de quem começa a ver o País com outros olhos. Uma possível acusação por obstrução da Justiça e, provavelmente, organização criminosa, como vem sendo comentado, simplesmente desmonta todo um trabalho feito até aqui para extrair as mazelas e marcas deixadas por uma economia fragilizada e retirar o País do fundo do poço.

Querem mais uma vez acuar o Governo Temer. Querem trazer o País novamente à condição de agonia. Querem levar as prioridades do País a uma condição secundária, deixando em primeiro plano denúncias e escândalos. É lamentável que num momento em que o Brasil emerge de uma situação considerada dramática, com reflexos nocivos sobre a população, estejam pensando de forma tão pequena e igualmente tão cruel para com o destino do país. Não estamos, aqui, defendendo que se encobertem irregularidades. Estamos na defesa do crescimento do País.

Os números comprovam que o Brasil começa a caminhar de forma



equilibrada e que, em breve, seguirá a passos largos e seguros. A taxa de desemprego teve diminuição de 12,8%, em julho. Para o próximo ano, a previsão de crescimento da economia, segundo analistas financeiros, é de 2%. A taxa básica de juros, a SELIC, atualmente em 9,25%, deve encerrar o ano em 7,25 pontos percentuais. O setor de serviços registrou, após 8 trimestres de queda, crescimento de 0,6% no segundo semestre deste ano, contribuindo para a alta de 0,2% do Produto Interno Bruto. Já o PIB do setor agropecuário teve crescimento de 14,9% no segundo trimestre, em comparação ao mesmo período do ano passado.

Paralelamente, o Governo vem fortalecendo contatos internacionais. Recentemente, o Presidente Michel Temer esteve na Rússia e na Noruega, acompanhado do Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira. Como integrante da comitiva, posso assegurar o quanto foi promissor os encontros com autoridades daqueles países. Depois seguimos para Israel, Portugal e Espanha, onde, sem sombra de dúvida, ficaram fortalecidas as relações bilaterais. Agora, em Pequim, o Presidente Michel Temer participou da nona cúpula do BRICS, aproveitando a viagem para, juntamente com o Ministro Marcos Pereira, negociar com os chineses, que já são os maiores parceiros comerciais do Brasil.

Que esta Casa esteja mais uma vez atenta ao que está por vir. Que os Parlamentares possam enxergar o que está nas entrelinhas, o que é subliminar, o verdadeiro pano de fundo. A Câmara precisa analisar as possíveis acusações sob o inesgotável sentido racional, que é o que exige o atual momento, para o bem do povo, para o bem da Nação.

Muito obrigado!



O SR. JEFFERSON CAMPOS (PSD-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já cheguei a esta tribuna, em outras ocasiões, para abordar este mesmo tema, contudo, por conta da campanha *Setembro Amarelo*, quero voltar a discursar a respeito dele.

Pelo terceiro ano consecutivo, trabalhamos, durante o mês de setembro, a campanha para ressaltar a necessidade de prevenção do suicídio intitulada *Setembro Amarelo*. Neste tempo é comum ver espaços públicos e privados iluminados com a cor amarela. O período foi escolhido porque 10 de setembro é o Dia Mundial de Prevenção do Suicídio.

Atualmente, o suicídio é um problema de saúde pública no Brasil e a sua ocorrência tem crescido entre os jovens. De acordo com os números oficiais, 32 brasileiros tiram suas próprias vidas todos os dias. Estima-se entre 10 e 20 tentativas para cada morte. Essa taxa é maior do que a de vítimas de AIDS e da maioria dos tipos de câncer. Mesmo assim, o tema é pouco discutido no Brasil e no mundo.

Segundo dados da pesquisa *Violência Letal contra as Crianças e Adolescentes do Brasil e do Mapa da Violência*, entre 1980 e 2012, as taxas de suicídio cresceram 62,5% na população em geral. Na faixa etária dos 15 aos 29 anos, a média aumenta em ritmo mais rápido do que em outros segmentos. São 5,6 mortes a cada 100 mil jovens.

O grande problema é que o suicídio é um tabu. Na verdade, estima-se que o número real de suicídios seja, pelo menos, 20% maior do que demonstram os dados oficiais.

A Organização Mundial da Saúde — OMS também realizou um estudo, como



parte de um extenso programa de prevenção ao suicídio, em várias partes do mundo, para buscar solucionar o problema. A pesquisa foi realizada em 9 cidades dos 5 continentes. No Brasil, 515 pessoas foram entrevistadas em Campinas, no Estado de São Paulo. A pesquisa identificou que, durante a vida, 17% das pessoas já consideraram seriamente o suicídio, 5% chegaram a elaborar um plano para se matar e 3% tentaram se suicidar efetivamente. De 3 pessoas que tentaram, apenas 1 foi atendida em um pronto-socorro.

As causas são as mais variadas, no entanto, a depressão é a desordem que está mais associada ao suicídio. Um dos sintomas em pessoas propensas a tirar a própria vida é a constante presença de um sofrimento profundo. Remoem pensamentos de maneira obsessiva e perdem facilmente a esperança de reverter sua situação. Elas perdem a vontade de realizar tarefas básicas.

Outro fator é que as mudanças de humor são drásticas e os sentimentos são extremos, com proporções muito além do normal.

A situação é bastante grave e precisamos estar preparados para combatê-la da melhor maneira possível. Creio que a iniciativa da campanha *Setembro Amarelo* é uma ótima ferramenta de conscientização, mas também precisamos nos sensibilizar para reconhecer casos que possam estar em nossa volta.

É nosso dever diminuir esta estatística no Brasil e é hora de trabalharmos com afinco para proteger nossos jovens, que são o futuro de nossa Nação.

Solicito, Sr. Presidente, que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 244.3.55.O
Data: 05/09/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 244.3.55.O
Data: 05/09/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5199

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Encerro a sessão, antes convocando 2ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, terça-feira, dia 5 de setembro, às 16h48min, com a seguinte Ordem do Dia: Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 244.3.55.O

Data: 05/09/2017

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

(Encerra-se a sessão às 16 horas e 47 minutos.)